

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

PEDRO FRANCO DE CARVALHO DA SILVA PEREIRA

**Fornecimento de lideranças – Perfil dos deputados da Câmara Legislativa e
alguns de seus resultados**

**Brasília
2014**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

PEDRO FRANCO DE CARVALHO DA SILVA PEREIRA

**Fornecimento de lideranças – Perfil dos deputados da Câmara Legislativa e
alguns de seus resultados**

Monografia apresentada como pré-requisito para a
obtenção do título de bacharel em Ciência Política
pela Universidade de Brasília.

Orientador: Antônio José Escobar Brussi

Examinador: Carlos Henrique Cardim

**Brasília
2014**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1 - A CONQUISTA DA AUTONOMIA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO DISTRITO FEDERAL	
O distrito federal no período populista da política brasileira: perspectiva de representação política	7
O distrito federal durante o regime militar: as primeiras medidas do autoritarismo e a suspensão da representatividade política	9
O distrito federal durante o regime militar: o processo de distensão da ditadura e a viabilização para a conquista da autonomia	12
A promulgação da constituição federal de 1988: aprovação da autonomia	18
CAPÍTULO 2 – ASPECTOS DO SISTEMA POLÍTICO DO DISTRITO FEDERAL	
A formação da Câmara Legislativa	23
A política exercida na cidade em razão da política urbana da cidade	26
O perfil da naturalidade da população – fluxos migratórios e taxa de nascidos do Distrito Federal	33
A questão do Entorno	36
CAPÍTULO 3 – O PERFIL REGIONALISTA DOS DEPUTADOS DA CÂMARA LEGISLATIVA	
Introdução	39
Primeira Legislatura (1991-1994)	40
Segunda Legislatura (1995-1998)	44
Terceira Legislatura (1999-2002)	47
Quarta Legislatura (2003-2006)	50
Quinta Legislatura (2007-2010)	53

Sexta Legislatura (2011-2014)	57
Sétima Legislatura (2015-2018)	61

CAPÍTULO 4 – O PERFIL PROFISSIONAL DOS DEPUTADOS DA CÂMARA LEGISLATIVA

Introdução	67
Primeira Legislatura (1991-1994)	69
Segunda Legislatura (1995-1998)	71
Terceira Legislatura (1999-2002)	73
Quarta Legislatura (2003-2006)	75
Quinta Legislatura (2007-2010)	77
Sexta Legislatura (2011-2014)	79
Sétima Legislatura (2015-2018)	81

CAPÍTULO 5 – REPRESENTAÇÃO E TRANSGRESSÃO

Introdução	84
Primeira Legislatura (1991-1994)	85
Segunda Legislatura (1995-1998)	86
Terceira Legislatura (1999-2002)	87
Quarta Legislatura (2003-2006)	89
Quinta Legislatura (2007-2010)	90
Sexta Legislatura (2011-2014)	94
Conclusões sobre a transgressão criminal	96
Ideologia e transgressão	98
Naturalidade e transgressão	98
Perfil profissional e transgressão	99

CONCLUSÃO	99
------------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
---	------------

Introdução

O trabalho propõe-se a reconstituir o processo de conquista da autonomia político-administrativa do Distrito Federal para, em seguida, descrever a prática política exercida no DF desde a institucionalização da Câmara Legislativa por meio de levantamento de alguns dados sobre o perfil dos parlamentares.

No Capítulo 1 demonstramos que uma vez superada a anomalia que significava a negativa ao Distrito Federal em eleger seus representantes no Congresso Nacional, além da proibição de constituição de um poder político autônomo, a instalação da Câmara Legislativa concretizou o exercício da cidadania da população brasiliense na medida em que os interesses da população passaram a ser atendidos e aprimorados em razão da superação da própria dinâmica histórica da cidade, até então marcada pela indicação de dirigentes pelo Senado, no atendimento às demandas eminentemente de caráter nacional.

No Capítulo 2, apresentamos aspectos do sistema político do DF aos quais julgamos contributivos ao propósito deste trabalho. Dadas as condições financeiras e urbanísticas de Brasília podemos inferir que essa cidade não é estritamente uma representante do subdesenvolvimento brasileiro; no entanto, chama atenção o fato de que, concebida e criada para impulsionar o desenvolvimento, no aspecto da política local Brasília reproduz práticas tradicionais, conforme apresenta Rodrigo Luz (2009, p. 28), referindo-se ao clientelismo e à patronagem.

Nos Capítulos 3, 4 e 5 organizamos as informações do conjunto de deputados distritais eleitos ao longo das sete legislaturas enquanto membros titulares. No total foram cento e sessenta e oito (168) nomes, entre os quais noventa e seis (96) inéditos, cujos dados da naturalidade (Capítulo 3), perfil profissional (Capítulo 4) e transgressão criminal (Capítulo 5) foram investigados e descritos.

Entre as fontes estão o *site* do TSE, além das publicações Memória da Câmara Legislativa do Distrito Federal, organizada pela própria Câmara Legislativa e Quem é quem na Câmara Distrital, organizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Especificamente na investigação sobre os casos de transgressão criminal utilizamos matérias jornalísticas.

Após a confecção de bancos de dados, os quais apresentamos no formato de tabelas e descritivos, realizamos a classificação do perfil da naturalidade dos deputados distritais de acordo com quatro grupos regionais: i) Região de influência do DF, constituída pelos estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia em alusão à Região Geoeconômica de Brasília; ii) Distrito Federal; iii) Regiões e Nordeste à exceção da Bahia; iv) Regiões Sul e Sudeste à exceção de Minas Gerais; seguida da classificação do perfil profissional segundo os setores público e privado; finalizada com o levantamento dos casos de transgressão criminal, considerando-se condenações judiciais e indiciamentos.

Para se avaliar a importância deste trabalho, basta dizer que, em âmbito estadual, poucos são os poderes legislativos institucionalizados há menos de trinta anos, quando anteriormente as mais novas Assembleias Legislativas foram instaladas em 1891. Ademais, em todas as legislaturas o perfil dos parlamentares da Câmara Legislativa vem se modificando em função da afirmação dos indicadores socioeconômicos do Distrito Federal.

Palavras-chave: Autonomia; Câmara Legislativa do Distrito Federal; Processo legislativo; Deputados distritais; Participação popular.

1 A conquista da autonomia político-administrativa do Distrito Federal

1.1 O Distrito Federal no período populista da política brasileira: perspectiva de representação política

A representação política do Distrito Federal foi assegurada a partir da Constituição Republicana de 1891. Desde então, tal direito à auto-organização dos entes federados e à cidadania dos habitantes da capital nacional foi relegado apenas em dois contextos, interstícios de contextos autoritários, o período do Estado Novo (1937-1945) e o Regime Militar (1964-1985). Nesse sentido, “a noção de autonomia foi aos poucos sendo incorporadas ao longo das constituições brasileiras” (BORGES, 2009, p. 17).

No caso da conquista da autonomia político-administrativa de Brasília, destacam-se três estágios: a) foi viabilizada durante o processo de reabertura política; b) consagrada na Constituição Federal de 1988; c) efetivou-se com a inauguração da Câmara Legislativa do Distrito Federal e posse do governador democraticamente eleito em 1991.

Embora a reivindicação da autonomia do DF fosse uma questão que, a partir da afirmação e alargamento de novas forças institucionais, perpassasse o próprio processo de redemocratização brasileira, tal demanda ficou latente no momento em que reestabeleceu-se eleições livres e diretas a ser realizadas em novembro de 1986 (CHAIÁ & CHAIÁ, 2008, p. 176). Ocorre que, nessa ocasião, a população brasiliense definiria a escolha de seus deputados federais e senadores para os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). No entanto, tal direito à representação política seria restrito na medida em que os demais entes federados concomitantemente compuseram, para além do legislativo nacional, os respectivos legislativos estaduais, além da eleição dos governadores.

Tamanha limitação de direitos políticos havia sido experimentada ainda durante o curto regime democrático vivido por Brasília, desde 21 de abril de 1960, com a inauguração da cidade, até 31 de março de 1964, com o golpe cívico militar, experiência histórica portanto situada na fase final do período populista (1945-1964).

Assim, a população “candanga”¹, termo referente aos imigrantes da futura capital, via de regra trabalhadores da construção civil, participou em outubro de 1960 das eleições presidenciais que elegeram Jânio Quadros e João Goulart. Nessa época, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reconhecia o direito de uma espécie de “voto em trânsito” aos candangos sendo que o eleitorado foi de 16,62% da população do Distrito Federal de acordo com o publicado no *site* do TSE (2014). Em janeiro de 1963, a população brasileira foi convocada à participação no Referendo do Sistema de Governo, eleição que, ao decidir contra a manutenção do sistema parlamentarista em vigor desde setembro de 1961, restituiu o sistema presidencialista em janeiro de 1963, sendo que no total votaram 19% dos candangos, todos os dados ainda de acordo com o *site* do TSE.

Com o advento da transferência do Distrito Federal (1960), o Presidente da República mantinha a prerrogativa de nomear o poder executivo distrital.² De acordo com Edilenice Passos na publicação “Senatus” do Senado Federal (2010, p. 123), foi apresentado nesse mesmo ano um projeto instituindo a representação do DF no Congresso Nacional. No entanto, a participação do DF na política brasileira somente foi viabilizada no ano seguinte, com a aprovação da Emenda Constitucional

1 De acordo com o Dicionário Houaiss da língua portuguesa, esse termo foi registrado já em 1899, designando o “nome que os africanos davam aos portugueses”.

2 Como explica Cerqueira (2009, p.131-143), entre 1960 e 1969 oito Prefeitos haviam sido indicados pelo Presidente da República para governar a cidade de Brasília, a saber: Israel Pinheiro da Silva (abril de 1960 a janeiro de 1961), Paulo de Tarso Santos (fevereiro de 1961 a setembro de 1961), Ângelo Dário Rizzi (setembro de 1961 a novembro de 1961), José Sette Câmara Filho (novembro de 1961 a agosto de 1962), Ivo de Magalhães (agosto de 1962 a abril de 1964), Ivan de Souza Mendes (abril de 1964 a maio de 1964), Plínio Reis de Cantanhede Almeida (maio de 1964 a março de 1967) e Wadjô da Costa Gomide (março de 1967 a novembro de 1969). A partir da aprovação da emenda constitucional nº 1 de 1969, foi criada a figura do governador, elevando a hierarquia administrativa do cargo como recurso a garantir o cumprimento das especificidades da segurança pública na Capital Federal a exemplo das missões estrangeiras e embaixadas. Os oito Governadores indicados foram: Hélio Prates da Silveira (novembro de 1969 a março de 1974), Elmo Serejo Farias (abril de 1974 a março de 1979), Aimé A. Silveira Lamaison (março de 1979 a julho de 1982), José Ornellas de Souza Filho (julho de 1982 a abril de 1985), Ronaldo Costa Couto (abril de 1985 a maio de 1985), José Aparecido de Oliveira (maio de 1985 a setembro de 1988), Joaquim Domingos Roriz (setembro de 1988 a março de 1990) e Wanderley Vallim da Silva (março de 1990 a março de 1991).

nº 3 da Carta Política de 1946, concedendo, além da representação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o direito à criação de uma Câmara Distrital como instrumento fiscalizador do poder político local nomeado,³ “mas pela própria fragilidade da cidade nascente, o assunto não passou do trâmite burocrático do Legislativo e a data das eleições nunca chegou a ser fixada” (TORÍBIO, 1986 apud PASSOS, 2010, p. 143). Nesse aspecto, a referida publicação do Senado aponta que, a fim de paliativamente desempenhar as funções da futura Câmara Distrital, coube ao Congresso Nacional a criação de uma comissão permanente em cada casa, ambas denominadas de Comissão do Distrito Federal, assim descrito:

No Senado Federal, a Comissão do Distrito Federal foi criada em 1962 [...] Esta comissão permanente possuía sete membros e tinha a incumbência de estudar e emitir parecer sobre as proposições legislativas referentes ao Distrito Federal. A Constituição de 1967, por sua vez, determinou que fosse competência privativa do Senado Federal discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, sobre os serviços públicos e o pessoal da Administração do Distrito Federal (PASSOS, 2010, p. 124).

Como se observa, na prática a Comissão do Senado substituiu as funções legislativas previstas a ser desempenhadas pela Câmara Distrital. O excerto citado é apenas um indicativo de como o processo político à auto-organização do Distrito Federal encontrou fortes resistências.

1.2 O Distrito Federal durante o regime militar: as primeiras medidas do autoritarismo e a suspensão da representatividade política

O período populista da política brasileira foi interrompido com o Golpe Militar de 1964, onde o autoritarismo refletiu-se em um recrudescimento da estrutura de poder central. Como argumenta Fernando Abrúcio (2002, p. 62), a partir de então

3 Emenda Constitucional nº 3 da Constituição de 1946 “Compete ao Congresso Nacional fixar a data das primeiras eleições de representantes do Distrito Federal ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e à Câmara do Distrito Federal, e exercer, até que esta se instale, a função legislativa em todos os assuntos da competência do Distrito Federal.”

verifica-se uma tensa coexistência pacífica entre um regime que provou-se a cada dia mais autoritário e uma oposição democrática-liberal. Esse sistema político híbrido termina com a decretação de quatro Atos Institucionais: o AI-1 de 1964, suspendendo garantias constitucionais e cassando os direitos políticos dos opositores ao regime; o AI-2 de 1965, extinguindo os partidos políticos e tornando indiretas as eleições para presidência e vice-presidência; o AI-3 de 1966, instituindo as eleições indiretas também para os governadores estaduais; o AI-4, convocando o Congresso após seu fechamento para a promulgação da CF/67.

O modelo de organização de poder passou necessariamente por um controle sobre o regime federalista, uma vez que os governos estaduais representavam o principal bastião de soberania, conforme expõe Fernando Abrúcio (p. 63):

Para manter a unicidade de comando do Governo Federal, regra básica de um regime autoritário, era essencial, portanto, restringir a autonomia federativa e fortalecer a União. Por isso, denomino o modelo de relações intergovernamentais do regime militar de unionista-autoritário.

Na sua fase de apogeu, entre 1965 e 1974, o modelo unionista-autoritário pode ser caracterizado pelo seguinte tripé: 1) Na gestão financeira, houve centralização das receitas tributárias na União e rígido controle dos repasses aos Estados e Municípios; 2) No aspecto administrativo, verificou-se uma uniformização das três esferas, guiadas por um planejamento central; 3) Na área política, pautou-se pelo controle restritivo das eleições na medida em que “mais que os partidos, o grande contrapeso à ação do Executivo Federal tem sido historicamente constituído pelos governadores” (ABRÚCIO, p. 64).

Os quatro Atos Institucionais editados até então deixaram de ter vigência, enquanto instrumento legal que serviram para a alteração do funcionamento da Constituição de 1946, quando foram incorporados à Constituição de 1967. A Constituição do regime militar foi acentuadamente centralizadora, dispondo de medidas que, conforme expusemos acima, serviram aos interesses financeiros, administrativos e políticos do período autoritário. A seguir apresentamos um quadro ilustrativo das principais disposições dos Atos Institucionais até que a CF/67 entrasse em vigor:

Ato Institucional	Matéria
AI-1 de 1964	Suspende os direitos políticos dos opositores ao regime, suspende garantias constitucionais
AI-2 de 1965	Institui eleições indiretas para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, desativa o pluripartidarismo, possibilita a intervenção imediata em Estados e Municípios
AI-3 de 1966	Institui eleições indiretas para os cargos de Governador e Vice-Governador, institui o sistema de indicação dos Prefeitos das capitais estaduais pelos Governadores
AI-4 de 1966	Convoca o Congresso Nacional para a votação e aprovação e promulgação de Constituição Federal de 1967

O Capítulo IV da Constituição de 1967 (Do Distrito Federal e Territórios) restringiu a representatividade política do Distrito Federal e também omitiu a existência de uma Câmara Distrital.⁴ A esse respeito, inclusive confirmou a atribuição legislativa para o DF da Comissão do Senado criada em 1962. Como depõe o advogado Osmar Alves de Melo no livro de Luiz Cerqueira (2009, p. 82), somente na outorgada Constituição de 1937 e na promulgada Constituição de 1967 o Distrito Federal ficou sem um poder legislativo local.

Essa legislação abertamente pretendeu reduzir o impacto do federalismo de modo a eliminar a possibilidade dos opositores ao regime em ascender ao próprio controle governamental. De 1964 a 1979, o regime militar castrou o Congresso Nacional por meio de uma combinação de repressão e mudanças constitucionais que fortaleceram o executivo em detrimento do legislativo, além de constantemente instituir um sistema eleitoral que favorecesse o partido do governo (SAMUELS & MAINWARING, 1999).

4 Capítulo IV (Do Distrito Federal e Territórios), a existência de uma Câmara Distrital: “§ 2º – O prefeito do Distrito Federal e os Governadores dos Territórios serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado. § 3º – Caberá ao Governador do Território a nomeação dos Prefeitos Municipais.”

Com efeito, desde o novo modelo de organização do regime federalista brasileiro o Distrito Federal perdeu o direito à representatividade política, assim como ficaram suspensas as perspectivas de constituição da Câmara Distrital. Significa dizer que, embora o regime militar na maior parte do tempo mantivesse em funcionamento o Congresso Nacional, composto por membros escolhidos em eleições diretas, durante os pleitos legislativos, incluindo-se os estaduais, nos anos de 1966, 1970, 1974 e 1978, o Distrito Federal permaneceu excluído no processo da política institucional.

Em função do alijamento eleitoral, nos anos 70 e também em 1982 na primeira eleição geral e direta à exceção da presidência foi prática comum a transferência de títulos eleitorais para a cidade (GOMES, 1995, p. 53).

1.3 O Distrito Federal durante o regime militar: o processo de distensão da ditadura e a viabilização para a conquista da autonomia

Em que pese a consolidação da cidade como capital nacional datar dessa época, o exercício do voto no DF não interessou ao regime militar nem no momento de maiores concessões políticas, nos quais a ditadura obteve derrotas eleitorais acachapantes. Como indica Gabriela Antunes (2004, p. 32), observou-se ainda nas indicações para governador que entre os grupos políticos locais havia uma participação sobressalente do setor empresarial:

Na primeira fase da transição política iniciada com o governo Ernesto Geisel em 1974, começa-se a observar uma certa competição para a nomeação do Governo do DF, devido ao crescimento da movimentação entre os próprios quadros técnicos do governo e de alguns estratos sociais, principalmente empresários da cidade.

A partir da distensão do regime militar, no final dos anos 1970, houve entre os grupos políticos da cidade uma disputa em torno de duas propostas para a autonomia. A encabeçada pela Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF) e pela Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Distrito Federal (OAB/DF), pretendia a autonomia em sua forma mais elementar, ou seja, a restauração

do direito à representatividade política restrita à esfera federal, ou seja, autonomia relativa. Enquanto um segundo segmento social representado por sindicatos (nomeadamente o dos professores, bancários e jornalistas) e cédulas partidárias clandestinas, entendia que tal autonomia deveria ser de segundo estágio, ou seja, indo para além da representatividade federal à representatividade nacional e distrital, a autonomia plena (BORGES, 2009, p. 37).

O Centro Brasil Democrático (Cebrade) foi fundado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, em 1978, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro e engajado na luta contra o regime militar. A entidade congregou principalmente o setor intelectual nas campanhas da redemocratização brasileira. No caso do Distrito Federal, encabeçada por Sigmaringa Seixas, a entidade se ocupou em defender o particular tema da representação política (CERQUEIRA, 2009, p. 66).

Como consta na publicação Memória da CLDF (1998, p. 16), a coligação dos dois grupos permitiu que a proposta de representatividade política restrita fosse colocada na pauta de votação no Senado Federal por Itamar Franco e na Câmara Federal por Epitácio Cafeteira. No entanto, ambas as propostas foram arquivadas por falta de quorum. A partir de então estariam dadas as condições para a população formar o Comitê pelo Voto no Distrito Federal em 1981, mesmo ano em que houve o primeiro comício público no período do regime militar.

Frequentemente havia projetos de emenda constitucional criando a representação política, e o Comitê pelo Voto trabalhava esses projetos entrando em contato com os deputados e também na mobilização das pessoas para o dia da votação. Nós enchíamos as Galerias da Câmara dos Deputados. O Comitê pelo Voto era uma vertente da organização da luta pela representação política, vinculado ao movimento social, e havia uma outra vertente importante em torno da Associação Comercial do Distrito Federal. Essas duas se encontravam harmoniosamente, não havia dificuldade de convivência (CERQUEIRA, 2009, p. 64).

Com o reestabelecimento de eleições para os pleitos municipais, estaduais (deputado estadual e governador) e federais (deputado federal), por meio da Emenda Constitucional nº 14 de 1982, catalisou-se a reivindicação pela autonomia político-administrativa do DF. Portanto, qualquer fonte autoritária de poder gradativamente passaria à soberania popular.

Em Abrúcio (2002, p. 94), a etapa de enfraquecimento dos militares, que não conseguiria se impor mais como um centro político incontestável, é descrita assim:

O modelo unionista-autoritário perdia seu principal pilar: o controle da autonomia política estadual. [...] Todos os governadores, sem exceção, não tinham mais como fonte de poder a cúpula militar e/ou tecnoburocrática instalada em Brasília; era o povo, exclusivamente, a fonte da soberania do governador. [...] Em suma, os governadores tornaram-se muito mais independentes perante o Poder Central.

Conforme se vê, o propósito político da autonomia do Distrito Federal ganhava terreno. No Brasil, dessa forma, a passagem do modelo unionista-autoritário para o chamado federalismo estadualista, ao qual o autor situa historicamente entre 1982 e 1987, houve distribuição de poder de modo a revalorizar a representatividade de âmbito estadual. Desse respeito, argumenta Valeriano Costa (2007, p. 176):

Ao contrário do que aconteceu durante o Estado Novo, a ditadura militar instalada em 1964 não fechou o Congresso nem impôs (sic). Os governadores passaram a ser eleitos indiretamente pelas assembleias estaduais. A preservação de certa autonomia para governos estaduais teve um papel importante na revitalização do federalismo quando o autoritarismo começou a perder força.

As eleições gerais de 1982 materializaram a restauração do voto direto aos governos estaduais, e compôs uma nova legislatura nacional e locais, embora não fossem ainda livres em razão da figura do “voto vinculado”, onde o eleitor teria que escolher candidatos de um mesmo partido para todos os cargos em disputa, sob pena de anular seu voto. Assim como o Distrito Federal, à época distrito neutro, os territórios federais do Amapá e Roraima permaneceram de fora da disputa, ao passo que Rondônia inaugurou sua participação ao ganhar status de Estado. Com efeito, nesse ano o DF sentiu o peso do autoritarismo em plena fase de redemocratização como poucas outras unidades federativas, posto que, além da negativa à escolha de seus representantes, era vedado ao DF a organização partidária diante de um contexto nacional em que o pluripartidarismo fora restituído desde 1980 (FLEISCHER, 2007, p. 255).

A partir do ano de 1984, Brasília ganha notoriedade no cenário político nacional em razão de seu forte ativismo nas manifestações das “Diretas Já!”, conforme reportagem do jornal A Gazeta de 25 de abril de 1984. Essa campanha de mobilização popular organizada pelo Comitê Pró-Diretas de 1984 a 1985 reivindicava o direito de eleger o presidente do país pelo voto direto dos eleitores. Como expõem Emir Sader e Ivana Jinkings (2006, p. 411) sobre as eleições presidenciais do regime militar:

A ditadura militar, iniciada em 1964, havia criado um sistema de eleição indireta via Colégio Eleitoral (inicialmente composto pelos senadores e deputados federais), que na prática homologava como presidente da República o militar escolhido pela cúpula das Forças Armadas. Em 1966 e 1970 não houve concorrentes para Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici. Em 1974, o general Ernesto Geisel concorreu com Ulysses Guimarães, do MDB, e, em 1978, João Batista Figueiredo teve como concorrente Euler Bentes Monteiro, apoiado pela oposição.

Em 15 de janeiro de 1985, foi realizada a eleição presidencial do período de redemocratização (1985-1988). O candidato oposicionista Tancredo Neves (PMDB) venceu Paulo Maluf (PDS), presidenciável com base de sustentação nos membros egressos da Arena, em que pese os próprios militares terem alterado as regras eleitorais, conforme aquelas citadas no trecho acima, mediante a inscrição de deputados estaduais no Colégio Eleitoral.

A Proposta de Emenda Constitucional nº 5 de 1983 dispôs sobre a reinstituição de eleições livres e diretas para Presidente da República já no pleito imediatamente posterior à sua aprovação. Assim, a “PEC Dante de Oliveira”, como ficou batizada em reconhecimento à autoria do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), obteve maioria no Congresso, mas não atingiu os dois terços necessários para a aprovação por falta de quórum (SADER & JINKINGS, 2006, p. 412).

Na cidade de Brasília, com efeito, os comícios da campanha “Diretas Já!” transmitiram ao Brasil a politicidade de sua capital. Nesse aspecto, os cientistas políticos Miguel Chaia e Vera Chaia (2008, p. 175) descrevem a mobilização dos brasilienses desta forma:

E nesse processo de formação de uma nova onda de resistência e de crítica ao governo militar, Brasília irá se destacar gradativamente como espaço de manifestação popular. Centro de chegada de caravanas, local de manifestações das mais diferentes ordens e até zona de expressão de repúdios individuais, a cidade adequa-se aos novos tempos e, agora, facilita também a expressão política que se origina nos movimentos sociais. Com a transição política, nos anos 70 e a instauração plena de democracia, a partir dos anos 80, Brasília abre-se para a política nacional e torna-se uma referência para se medir a consciência cívica do país.

A adoção da causa da autonomia pelos partidos políticos somente aconteceu em 1985 com o realinhamento do Comitê e a formação da Frente Única pela Representação e Autonomia do Distrito Federal. Conforme depoimento de Osmar Melo (2009, p. 69) seria oportuno aqui mencionar a notória declaração de Tancredo Neves, que, por ocasião de uma reunião da ACDF sobre as discussões da autonomia, teria dito: “Eu já vi homens cassados, já vi populações e associações cassadas, partidos políticos cassados, mas nunca tinha visto uma cidade cassada. Brasília é uma cidade cassada e nós vamos devolver a voz de Brasília.”

Os pressupostos de Gomes (1995, p. 51) levam a citar que como parte mais factível dos acontecimentos da campanha pela autonomia política, a população brasiliense demonstrou resistência nos sindicatos e associações, em uma defesa de dignidade verdadeiramente comprometida com a cidade. A dizer pela resistência durante o período de autoritarismo que assolou a cidade e culminou com a invasão da Universidade de Brasília em 1977, os setores populares organizados há muito sabiam preservar seu patrimônio.

Era no movimento autonomista precisamente que coligavam-se todas as correntes com força de oposição para intentar fazer frente aos governadores indicados. Via de regra o governo dos biônicos contaram com equipes igualmente importadas e por esse motivo encontraram maiores dificuldades em identificarem e solucionarem os problemas da população brasiliense. Outro problema eram as mudanças constantes. Ao fim e ao cabo, esses mandatários não tinham compromissos com a cidade. Atraso inaceitável a uma população cuja afirmação demográfica de naturais locais estava prestes a emergir e lograr o direito à representatividade direta que tanto almejava (ANTUNES, 2004, p. 36).

É relevante ressaltar no entanto que, para além da resistência do regime militar com as ameaças de prisão, havia ainda setores contrários à autonomia política, advogando que caso um governador de partido distinto ao do presidente fosse eleito, um irreparável conflito político se instalaria de modo a comprometer os recursos repassados pela União (LUZ, 2009, p. 42).

Finda a ditadura militar, foi aprovada uma nova Constituinte (1987-1988). Assim sendo, em 25 de maio de 1985, no intervalo entre a aprovação dessa proposta e o começo de seus trabalhos, concebeu-se representação política para o Distrito Federal mediante a promulgação da PEC nº 25/85, conforme previsto nos seus artigos de 39 e 41 (GOMES, 1995, p. 55).⁵ Até então, entre os anos 70 e 80, verificou-se que houve dezenove tentativas fracassadas de aprovação de propostas envolvendo a representação política para o Distrito Federal (p. 56).

Como se observa, uma vez aprovada, tal proposta conferiu o direito dos cidadãos do DF de elegerem seus três senadores e oito deputados federais, como fixado constitucionalmente enquanto quantitativo básico das unidades da federação e mantido pela Constituição de 1988.

Nas eleições dos Constituintes de 1986 foram eleitos para a Câmara Federal Augusto Carvalho (PCB), Francisco Carneiro (PMDB), Geraldo Campos (PMDB), Jofran Frejat (PFL), Márcia Kubitschek (PMDB), Maria de Lourdes Abadia (PFL), Sigmaringa Seixas (PMDB) e Valmir Campelo (PFL), enquanto para o Senado Federal os eleitos foram Maurício Correia (PDT), Meira Filho (PMDB) e Pompeu de Sousa (PMDB). (CERQUEIRA, 2009, p. 141)

Ainda de acordo com Geórgia Gomes (p. 57), os resultados das urnas demonstraram uma tendência oposicionista da cidade e sobretudo refletiu o padrão setorialista próprio de uma cidade-administrativa, além da prática da política tradicional, descrito nos seguintes termos:

5 Art. 39. A Câmara dos Deputados compõe-se de até quatrocentos e oitenta e sete representantes do povo, eleitos, dentre cidadãos maiores de dezoito anos e no exercício dos direitos políticos, por voto direto e secreto em cada Estado ou Território e no Distrito Federal.

Art. 41. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo voto direto e secreto, segundo o principio majoritário, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos.

De um lado estava caracterizado o corporativismo com a eleição de Maurício Corrêa, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-DF), para o Senado; de Augusto Carvalho, do Sindicato dos Bancários, para a Câmara, de Geraldo Campos, do Sindicato dos Servidores Federais, também para a Câmara, todos de partidos de esquerda. Do outro, reforçou-se a presença do clientelismo com as eleições de Maria de Lourdes Abadia, Valmir Campelo, Jofran Frejat, os dois primeiros administradores regionais e o terceiro Secretário de Saúde, para a Câmara; e de Meira Filho, radialista comunitário, para o Senado, todos de facções de centro-direita, mas com redutos bem definidos.

O seguinte quadro ilustra a mobilização da sociedade civil organizada na campanha pela autonomia:

Ano	Acontecimento
1981	Formado o Comitê pelo voto no Distrito Federal, encabeçado pela ACDF, OAB/DF, Sindicatos e cédulas partidárias clandestinas
1982	São reestabelecidas eleições diretas municipais, estaduais e para o Congresso, embora o DF permanecesse excluído da política institucional
1984	Lançada nacionalmente a campanha das “Diretas Já!” pelo Comitê Pró-Diretas. O DF ganha notoriedade no cenário político nacional em função de suas manifestações
1985	Formada a Frente Única da Representatividade e Autonomia do Distrito Federal a partir da adesão das entidades partidárias à causa autonomista

1.4 A promulgação da Constituição Federal de 1988: aprovação da autonomia

O direito à representatividade política, como chamamos o direito ao voto para os cargos do Congresso Nacional, foi um avanço significativo à medida que a capacidade de influenciar significativamente os legisladores nacionais é primordial

para a afirmação de poder dos governos subnacionais (SAMUELS & MAINWARING, 1999). Entretanto, o direito à auto-organização, a autonomia político-administrativa de Brasília, só foi efetivamente conquistada com a promulgação da Constituição Federal de 1988, estendendo o direito ao voto para os cargos de Governador e Vice-Governador e dos Deputados Distritais.⁶ A CF/88 criou ainda a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), atribuindo-lhe competência para a redação da Lei Orgânica do Distrito Federal.⁷

No entender do constitucionalista Einstein Taquary (2003, p. 66), a autonomia do Distrito Federal brasileiro representa categoria à parte do ponto de vista da concretização histórica. Não se confunde ela, com o processo verificado em Washington D.C. (Distrito de Colômbia), onde a concepção de cidade-administrativa sede do governo federal foi em última análise mantida e seus cidadãos apenas votam para Presidência. Paradoxalmente, alguns traços dessa distinção, têm casos similares nos países latino-americanos. Com reformas constitucionais na Argentina em 1994, no México em 1997 e na Venezuela em 1999, os países da região de regime federalista seguiram o caso brasileiro ao passarem a garantir às capitais federais a prerrogativa de que a população local gerenciasse suas questões internas por intermédio de uma Lei Orgânica própria e do direito a ter um governo autônomo, expandindo-se, assim, a eleição dos representantes do Congresso Nacional. Para o urbanista Frederico Barreto (2010, p. 360), a própria manutenção ou ruptura da condição de cidade-administrativa impõe “funções de transformação” do DF, donde o cenário otimista equivale ao norte-americano e o pessimista ao mexicano.

No Brasil, com efeito, do ponto de vista da política nacional, a autonomia consubstanciou a democracia no sentido de que aproveitando-se do processo de redemocratização reverteu uma negativa democrática. Do ponto de vista da política da cidade propriamente, tal medida, além de seu viés terminativo

6 Art. nº 32 § 2º da CF/88. [*A eleição do Governador e do Vice-Governador, observadas as regras do art. 77, e dos Deputados Distritais coincidirá com a dos Governadores e Deputados Estaduais, para mandato de igual duração.*]

7 Transcrevemos as condições previstas à formalização da Lei Orgânica do Distrito Federal. Art. nº 32 da CF/88. [*O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.*]

à ingerência nacional na indicação dos governadores, significou a abertura de uma janela de oportunidades para a composição de poder em torno dos interesses sociais próprios dos brasilienses.

Entende-se por autonomia político-administrativa a capacidade dos entes federados em constituir e exercer seus poderes dentro dos limites da Constituição Federal. Nesse respeito, Uadi Bulos (2001, p. 42) conclui:

São aspectos essenciais da autonomia: a) a capacidade de auto-organização – a entidade federativa deve possuir constituição própria; b) a capacidade de autogoverno – eletividade de seus representantes políticos; c) capacidade de autolegislação – poder de edição de normas gerais e abstratas pelos respectivos legislativos; d) capacidade de autoadministração – prestação e manutenção de serviços próprios.

De acordo com José Afonso da Silva (2004, p. 630), diferentemente dos Estados da Federação, essa autonomia constitucional é relativa, uma vez que ao Distrito Federal não é permitido a organização e manutenção do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal. Também compete à União responsabilizar-se pela segurança pública, gerindo e repassando verbas integrais à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar, além de participar nas áreas de saúde e educação mediante repasses parciais.

A par dos fatores políticos de natureza imediata para a autonomia, também concorreram razões de ordem econômica, igualmente influente na deflagração do movimento autonomista. Notória foi a participação do empresário goiano Lindberg Aziz Cury na campanha da autonomia ao ponto de, informalmente, transformar a sede da Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF) no “parlamento popular”, ponto de encontro e foro das organizações que lutavam pela emancipação de Brasília, chegando a declarar que:

Àquela altura dos acontecimentos, percebeu-se que a desejada autonomia econômica do Distrito Federal teria que passar forçosamente pela autonomia política, já que a área econômica exigia mudanças que só a autonomia política poderia proporcionar (Memória da CLDF, 2000, p. 18).

O próprio empresário elegeu-se primeiro suplente ao Senado Federal em 1994 e, com a renúncia de José Roberto Arruda, após o “escândalo da violação do painel do Senado”, tornou-se senador entre maio de 2001 e janeiro de 2003. Lindberg Aziz Cury foi por várias vezes presidente da mais antiga entidade política e principal organização empresarial do Distrito Federal, a ACDF, fundada em 1962, além de ajudar a criar os primeiros sindicatos patronais que deram origem à Federação do Comércio do Distrito Federal (FCDF), conforme consta no *site* da ACDF. Enquanto Senador, aprovou o Fundo Constitucional do Distrito Federal.⁸

Não se pode, assim, deixar de considerar que os recursos especiais da capital federal interessavam aos grupos econômicos regionais, aos quais aproveitaram-se do crédito político à época de grandes mobilizações dos setores populares da sociedade civil organizada para lograr alcançarem uma demanda recorrente. Segundo Maria das Graças Rua (1998, p. 3), “demandas recorrentes expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos, e que estão sempre voltando a aparecer no debate político e na agenda governamental.”

Na avaliação de Benício Schmidt (1991, p. 21), a atividade política distrital condiciona “a materialidade do conjunto contraditório que gera tensões e desafios (...) a vocação de Brasília como cidade político-administrativa versus sua vocação como cidade econômica, baseada na existência de um mercado emergente e complexo”. Nesse sentido, a atuação empresarial na autonomia político-administrativa ensejou reversão do sentido ontológico da cidade.

Como relata Gabriela Antunes (2004, p. 42), a outra face da invocação cívica à autonomia diz respeito ao contexto sociológico evidenciado por uma incipiente vida política local formalizada. Esse fator, aliado à perspectiva econômica favorável, resultou na acentuação da ingerência externa ao substituir um gerenciamento nacional com interesses difusos por uma tutela regional com interesses focados:

8 “Esse fundo próprio foi regulamentado pela Lei n. 10.633, de 27 de dezembro de 2002, que criou o Fundo Constitucional do Distrito Federal, pois até então a União repassava recursos para o Distrito Federal em valores definidos ano a ano e em termos estritamente políticos e conjunturais (não existia fixação legal de valores a serem transferidos). A partir dessa lei, a União foi obrigada a transferir anualmente ao GDF montantes financeiros calculados utilizando uma base fixa e com atualização monetária rigidamente preestabelecida, ao contrário do que ocorria até 2002.” (PEREIRA FILHO, 2009, p. 22)

“A construção de Brasília num sítio isolado em um vazio demográfico não foi condição necessária para criar uma sociedade política nova e democrática, diferenciada da tradição política no restante do país [...] Quando se amplia o papel das lideranças políticas locais, as práticas clientelistas passam a ser observadas também como prática de alguns atores políticos locais.”

São, portanto, dignas de menção as mobilizações empresariais e o fenômeno do clientelismo sendo praticado em larga escala. Todavia, não é lícito ignorar que ao longo das legislaturas da Câmara Legislativa do Distrito Federal, os mandatários de perfil profissional no funcionalismo público compuseram a maioria conforme pretendemos demonstrar mais adiante (Capítulo 4).

Apresentamos a seguir um quadro-resumo dos episódios históricos para a aprovação da representação política, seguida da autonomia política do DF:

Ano	Acontecimento
1961	Aprovada a Emenda Constitucional nº 3 da CF/46 que concebe representação política e prevê a formação da Câmara Distrital
1962	Instalada a Comissão Permanente do Distrito Federal no Senado
1967	Promulgada a Constituição Federal de 1967 que fortalece o poder da União e anula a perspectiva de representação política do DF
1985	Aprovada a Emenda Constitucional nº 25 da CF/67 que convoca eleição direta para a escolha dos Constituintes inclusive no DF
1988	Promulgada a Constituição Federal de 1988 que concebe a representação política do DF e atribui eleições diretas para Governador, além da formalização da Câmara Legislativa do Distrito Federal e eleição dos Deputados Distritais
1991	Efetivada a autonomia política do DF com a posse da Primeira Legislatura da CLDF e do Governador democraticamente eleitos
1993	Promulgada a Lei Orgânica do Distrito Federal

2 Aspectos do sistema político do Distrito Federal

2.1 A formação da Câmara Legislativa

A Câmara Legislativa foi instalada em 1º de janeiro de 1991 com a posse dos vinte e quatro (24) deputados distritais eleitos, ocorrida no Senado Federal. Logo em seguida foram eleitos cinco parlamentares para a Mesa Diretora (presidente, vice-presidente e três secretários) para o mandato de dois anos (VOLPE, 2006, p. 84).

Anteriormente os deputados da primeira legislatura reuniam-se na Câmara Federal como espaço provisoriamente cedido à formação das comissões de organização de uma das mais recentes casas legislativas do país. Para a eleição da primeira mesa diretora houve dois candidatos, sendo eleito para a presidência Salviano Guimarães (PFL) e, seguindo acordos da casa, o segundo colocado, Pedro Celso (PT), assume a vice-presidência.⁹

Houve dificuldades em escolher e adaptar o espaço da sede provisória da Câmara Legislativa. A comissão responsável pela tarefa decidiu pelo prédio da Embrater, empresa de assistência técnica rural recentemente extinta pelo presidente Collor. Em que pese os rumores de que a Casa foi pressionada a não instalar-se próximo à sede do Governo do Distrito Federal, o Palácio do Buriti, e o fato do difícil acesso à população, uma vez situada no final da Asa Norte, a escolha justificou-se pelas condições das instalações. Nesse momento já havia um terreno disponibilizado pelo TRE-DF à sede permanente como consta a Memória da Câmara Legislativa, 2000, p. 22.

A Lei Orgânica do Distrito Federal foi promulgada em 8 de junho de 1993, após um ano, dez meses e seis dias de trabalhos. A participação popular à apresentação de emendas foi estimulada por intermédio do projeto “Fala Cidadania”, constituindo no envio de aerogramas, além das intervenções presenciais por ocasião das audiências públicas realizadas nas cidades satélites. O texto abrangeu um total de trezentos e sessenta e cinco (365) artigos, além de cinquenta e cinco (55)

9 Ver a publicação “Memória da Câmara Legislativa”. Brasília. v. 1, 2000, p. 20.

disposições transitórias. Coube ao Supremo Tribunal Federal a interpretação de que a Lei Orgânica do Distrito Federal teria respaldo jurídico semelhante às Constituições Estaduais, antes mesmo que fosse promulgada, muito embora a sua essência seja reconhecidamente caso de hibridismo, contemplando Lei Orgânica Municipal e a própria Constituição Estadual (BORGES, 2009, p. 45-48).

Vejamos quais são as principais competências do poder legislativo distrital atribuídas na Lei Orgânica como bem demonstra Ana Paula Volpe (2006, p. 85):

Com a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, caberia à Câmara Legislativa, entre outras competências: 1) escolher cinco dos sete membros do TCDF (os demais eram indicados pelo governador); 2) aprovar a escolha do procurador-geral do Distrito Federal; 3) autorizar processo contra o governador, vice-governador e secretários; 4) processar e julgar o governador, o vice-governador, o procurador-geral do Distrito Federal e secretários nos crimes de responsabilidade; 5) julgar as contas feitas pelo TCDF; 6) declarar perda de mandato de deputado distrital; 7) conceder licença para processar deputados distritais; 8) exercer função fiscalizadora.

Dadas as condições peculiares do Distrito Federal como entidade federativa que constitucionalmente imputam a indivisibilidade territorial, a Câmara Legislativa do Distrito Federal foi formada nas bases de um hibridismo entre Câmaras Municipais e Assembleias Estaduais, ou seja, a relação dos respectivos entes federados. Para Luz (2009, p. 42), “essa ambiguidade reforça a necessidade da promoção, por parte da CLDF, de mecanismos que aumentem os graus de *accountability* e *responsiveness*”, assinalando o imperativo constituírem-se outras formas de institucionalização da política distrital além da perspectiva eleitoral. Outro traço *sui generis* é o regimento de leis orgânicas, ainda que não seja um município. O tratamento legal do DF é caracterizado como de Estado, nas resoluções de questões externas e Município, nas internas (TAQUARY, 2003, p. 15).

Como descrito anteriormente, compõem a CLDF vinte e quatro (24) deputados distritais, que conforme a Constituição de 1988, representa o triplo da quantidade de deputados federais, posto que no caso do Distrito Federal, estipulou-se a representação mínima de oito (8) congressistas em função do baixo contingente

populacional enquanto unidade federativa.¹⁰ Por outro lado, verifica-se uma subrepresentação na CLDF à medida que ao DF é constitucionalmente vedada a divisão em municípios, refletindo-se em um parco monitoramento de legisladores nas diversas áreas da cidade de Brasília, constitutiva da quarta principal cidade brasileira (IBGE, 2014). Como discute Rodrigo Luz (2009, p. 53), caso o cálculo de deputados distritais utilizado se desse não segundo o âmbito estadual, critério utilizado pelas Assembleias Legislativas, mas sim pelo critério adotado para Câmaras Municipais, municipalista, condicionante específico da representatividade pelo contingente populacional, a CLDF alavancaria o número das cadeiras de vinte e quatro (24) para quarenta e um (41), caso comparativo ao similar contingente populacional de Belo Horizonte.

Conforme mencionado pelo primeiro presidente da CLDF, Salviano Guimarães, em entrevista registrada na publicação Memória da CLDF, 2000, p. 21, no interregno entre a promulgação da CF/88 e a realização das primeiras eleições distritais, em 1990, houve ainda discussões acerca da viabilidade de municipalização da cidade. Essa seria uma terceira fase da autonomia, de modo a expandir representação direta às atuais cidades-satélites ao instituir eleições para os cargos de prefeitos e vereadores. Nesse aspecto prevaleceu o entendimento sobre a inconstitucionalidade da proposta, esclarecendo a questão organizativa do Distrito Federal como indissociável, ou seja, um município-estado.

Como se vê, a discussão hodierna da política distrital aborda a questão da eleição para o cargo de Administrador Regional das cidades-satélites. Ainda que esteja prevista na Lei Orgânica do DF¹¹, a proposta não tem amparo dentro das normas da legalidade democrática, conforme explica David Fleischer (1991, p. 17):

Com a eleição do Governador e dos deputados distritais, surge a polêmica se Brasília pode ou não eleger seus administradores regionais, face à proibição de divisão do

10 Transcrevemos a matéria constitucional que dispõe sobre o número de deputados. Art. nº27 da CF/88. [O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.]

11 Qual aquele constante no Art. 10 §1º que segundo a Lei Orgânica do DF: [A lei disporá sobre a participação popular no processo de escolha do Administrador Regional.]

Distrito Federal em Municípios, prevista no art. 32 da Constituição Federal. A eleição dos administradores, e até de conselhos consultivos, não implica a municipalização do DF, mas apenas a democratização do processo de escolha informal dos administradores, cujas funções se assemelham às de prefeito.

Em pesquisa no portal da CLDF, constatamos que em fevereiro de 2013 a estrutura da CLDF foi reformada a partir de adequações de seu Regimento Interno. Destaca-se que as votações deixaram de ser secretas para ser ostensivas. As atuais estruturas institucionais da CLDF são dez Comissões Permanentes, havendo ainda a categoria de Comissões Temporárias (Comissões Parlamentares de Inquérito e Comissões Especiais).¹²

2.2 A política exercida na cidade em razão da política urbana da cidade

A Câmara Legislativa reproduz na política distrital elementos de representatividade semelhantes aos demais poderes legislativos brasileiros, notadamente a pulverização do sistema partidário e a heterogeneidade do eleitorado. Tal constatação chama a atenção, posto que, concebida como cidade-administrativa, esperaria-se congregação de interesses, como a organização das categorias do funcionalismo público federal. Entretanto, a trajetória política adotada modificou as especificidades sociais de Brasília.

Segundo a teoria geral das cidades de David Harvey (1980, p. 14), à análise do processo urbano cabe considerar as noções de “imaginação sociológica” e “imaginação geográfica” como estruturas conceituais capacitadas em entender mais os problemas da cidade do que os problemas na cidade.

12 As Comissões Permanentes são: CCJ - Comissão de Constituição e Justiça, CEOF - Comissão de Economia Orçamento e Finanças, CAS - Comissão de Assuntos Sociais, CDC - Comissão de Defesa do Consumidor, CDDHCEDP - Comissão de Defesa Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, CAF - Comissão de Assuntos Fundiários, CESC - Comissão de Educação, Saúde e Cultura, CS - Comissão de Segurança, CDESCMAT - Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, CFGTC - Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle

A imaginação sociológica é definida por Wright Mills (1980, p. 7) como alguma coisa que “habilita seu possuidor a entender o mais amplo cenário histórico em termos de seu significado para a vida interna e a atividade externa de uma variedade de indivíduos”. Ao que David Harvey contraria essa concepção ao introduzir o conceito de imaginação geográfica, uma antítese, definido como aquele que:

“Habilita o indivíduo a reconhecer o papel do espaço e do lugar em sua própria biografia; a relacionar-se aos espaços que ele vê ao seu redor, e a reconhecer como as transações entre os indivíduos e entre as organizações são afetadas pelo espaço que os separa.” (HARVEY, 1980, p. 14)

Considerando a lógica da dialética marxista, perspectiva teórica à qual o autor se filia, objetivou-se assim sublinhar que “a natureza do espaço tem permanecido algo misterioso na pesquisa social” (p. 4). Assim, a análise dos fenômenos urbanos deve considerar a cidade como um *locus* social que atende relações sociais baseadas no mercado, a exemplo da especulação do mercado imobiliário, em detrimento do dirigismo estatal, a exemplo da planificação urbanística.

Com efeito, na questão de como os processos políticos e o planejamento urbano se relacionam, a análise de David Harvey ganha substância sobretudo para tratarmos de Brasília, diante de suas especificidades como cidade planejada e, especialmente como cidade-administrativa sede da União, tais como o peso do Estado e a importância da burocracia.

“Devemos relacionar o comportamento social, de acordo com a geografia e a forma espacial que a cidade assume. Devemos reconhecer que uma vez criada uma forma espacial particular, ela tende a institucionalizar e, em alguns aspectos, a determinar o futuro desenvolvimento do processo social.” (p. 17)

Ainda com relação ao processo histórico formativo do Distrito Federal, é importante ressaltar que há um agravamento nas relações entre o público e o privado à medida que o governo é o detentor fundiário majoritário (GOUVÊA, 1995, p. 88). Isso significa que, paralelo à marginalização urbana, efeito estrutural, o governo do DF dificilmente teria maiores problemas em conquistar legitimação de poder caso optasse por instrumentalizar em vias eleitorais a vulnerabilização social de uma população carente e propensa a recorrer a benesses. Como explicação

aos fatos do período imediatamente posterior à autonomia, ao estrategicamente distribuir recursos públicos, nosso governador reproduziu o clientelismo ao conquistar sua sustentação política a custo zero (ANTUNES, 2004, p. 45).

A transferência da capital federal muito embora ontologicamente objetivasse a modernização do país não serviu como medida abrangente a prever suas consequências relacionadas, por exemplo, às condições da população brasileira. Com efeito, o fluxo migratório caracterizou-se desde o primeiro momento pela preponderância das populações de ocupações espontâneas sobre as populações com estruturas planejadas. Sobre essas contradições entre a sociedade nova e a antiga, além de interesses tão dissonantes, declara James Holston (1993, p. 46):

Brasília foi planejada por um liberal de centro-esquerda, seus prédios foram desenhados por um comunista, sua construção foi feita por um regime desenvolvimentista e a cidade consolidou-se sob uma ditadura burocrático autoritária, cada qual reivindicando uma afinidade eletiva com a cidade.

Ao que Mário Pedrosa (1981, p. 307) destaca o partido de Lúcio Costa no aspecto dos propósitos de ordem cultural e sociológica:

A sabedoria de Lúcio Costa consistiu em aceitar a incongruência inerente ao programa, e, evitando toda solução de meio-termo, ou eclética, decidir resolutamente pelo lado inexorável, dadas as condições objetivas imediatas: o reconhecimento pleno de que a solução possível ainda era na base da experiência colonial, quer dizer, uma tomada de posse à moda cabralina, chanfrando na terra o signo da cruz ou numa evocação mais “moderna” e otimista, fazendo pousar docemente sobre a sua superfície, a forma de um avião. Na esperança de que a vitalidade mesma do País lá longe, na periferia, queime as etapas, e venha de encontro à capital-oásis, plantada em meio ao Planalto Central, e a fecunde por dentro.

Conforme as assertivas e considerando-se como um fator conspícuo dos governos de orientação nacional-desenvolvimentista, a retomada da proposta de transferência da capital deve ser creditada a sucessivos governos do período populista da política brasileira (VIDAL & DRAVET, 2009).

Em 1946, o governo Gaspar Dutra criou a “Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil”. Os trabalhos da Comissão foram comandados pelo General Polli Coelho e seu produto foi a manutenção da proposta de localização de Brasília tal qual foi demarcado pela Comissão Cruls, em 1893, apenas ampliando-se os seus limites (SILVA, 2006, p. 64).

Em 1953, durante o governo Getúlio Vargas, foi criada a “Comissão de Localização da Nova Capital Federal”. No ano seguinte, com a posse do Presidente Café Filho, os trabalhos dessa Comissão foram mantidos, inclusive contratando-se estudos técnicos de aerofotogrametria junto à empresa norte-americana Donald Belcher, com vistas a analisar a topografia e geologia da região. Em 1955, tendo como base a publicação do “Relatório Belcher”, estabeleceu-se a área definitiva da nova capital (p. 85).

Portanto, a retomada da questão da transferência da Capital Federal foi uma tônica anterior ao período do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Essa perspectiva pretende desmistificar a noção demiúrgica e Brasília enquanto um voluntarismo até tornar-se a meta-síntese do Plano de Metas de JK, lançado na campanha presidencial de 1955.

Nesse sentido, James Holston (1993, p. 25) aborda a concepção de Brasília como correspondente às teorias do desenvolvimento formulado à época pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) e o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Essa formulação conjugava uma histórica demanda de interiorização do país e a teoria do desenvolvimento, “associando a fundação da capital à fundação de um novo Brasil” (p. 27).

O planejamento urbano previa que a ocupação da cidade alcançaria a ocupação completa do Plano Piloto para, só a partir de então, avaliar a necessidade de traçar novos núcleos urbanos. Entretanto, devido a contingências estruturais da condição socioeconômica que o Brasil atravessava, além de razões ideológicas que restringiam o urbanismo modernista, a política urbana implementada desde cedo foi pautada pela formação seguida de erradicação de invasões próximas ao Plano Piloto. Dessa forma, a transferência voluntária ou não voluntária da população introduziu antes mesmo da inauguração de Brasília a figura das cidades-satélites.¹³

13 O termo cidade-satélite é parte integrante do processo de legitimação dessa política urbana

As primeiras cidades satélites foram constituídas por novos núcleos urbanos com as populações originárias dessas remoções, a exemplo de Sobradinho (1960), Gama (1960) e Taguatinga (1958), ou ainda pela expansão preexistente à fundação da cidade como Brazlândia e Planaltina. A institucionalização do Núcleo Bandeirante, antiga Cidade Livre, no ano da inauguração de Brasília foi emblemática nos sentidos de resistência dos moradores, nomeadamente o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante, às remoções e alteração do planejamento urbano *a posteriori*, simbolizando o fim do período de inauguração de Brasília (CERQUEIRA, 2009, p. 122).

A fase de erradicação de invasões como política habitacional compreende especialmente o final da década de 60 e início dos anos 70, onde as invasões próximas ao Plano Piloto foram inicialmente realocadas para as cidades-satélites então existentes e posteriormente assentadas no loteamento de Ceilândia. Luiz Cerqueira (p. 123) descreve a criação da cidade, deste modo:

“Em 1969, Brasília tinha 79,128 favelados (...) O governador Hélio Prates solicitou a erradicação das favelas à Secretaria de Serviços Sociais, liderada por Otamar Lopes. No mesmo ano, foi criado o grupo que lançou a Campanha de Erradicação das Invasões (CEI).”

O fator repressivo é evidenciado pelo próprio desenho urbano, onde, dadas as longas distâncias entre núcleos urbanos, a interação fica dificultada e por consequência inibe a mobilização dos setores populares. Luiz Alberto Gouvêa (1995, p. 79), refere-se à época do regime militar neste sentido:

“As manifestações populares existentes no Distrito Federal nesse período tiveram um caráter episódico e se esvaziaram com o simples atendimento de alguma reivindicação localizada ou foram abafadas por ações em outras direções, implementadas pelo governo”.

Até aqui, a ação governamental do regime militar apenas reproduziu a segregação espacial do período populista, porém seria interessante apontar a utilização da setorização urbana como recurso para a prática do controle social,

segregacionista à medida que delimita condições de reivindicação das massas envolvidas com a construção civil e assim determina quais grupos sociais têm acesso às vantagens da nova capital.

cujo “cordão sanitário” é caso exemplar. É importante notar que as remoções que formariam Ceilândia foram justificadas como, ao menos supostamente, estando baseadas em laudos técnicos, onde se indicava que as invasões próximas ao Plano Piloto contaminariam o principal lago da cidade, o Paranoá (VASCONCELOS et al, 2006, p. 3). Essa afirmativa padece de sustentação, uma vez que as cidades-satélites já implementadas à época na beira do referido lago e com alto rendimento *per capita*, ainda nos dias atuais não contam com uma rede de tratamento de esgoto integral. Por essa razão, a partir da antes citada Campanha de Erradicação das Invasões, a EPCT (Estrada Parque do Contorno) foi batizada pelos pioneiros de Brasília de “cordão sanitário” no sentido de que até então as invasões eram deslocadas para a parte de fora dessa estrada que serve de anel viário e tem o Plano Piloto o como centro (CARPINTERO, 1998).

O crescimento acelerado, motivado pelos altos salários e a consolidação da nova capital, produziu a desorganização da cidade e reforçou a vinda de novos contingentes migratórios que majoritariamente serviram de reserva de mão de obra. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1970, esses núcleos urbanos periféricos abrangiam 66% da população urbana do Distrito Federal. População essa que, visando atender as suas necessidades, só encontraram postos de trabalho no centro urbano, de modo a estabelecer um movimento pendular diário da ordem de 60.000 pessoas a uma distância de 130 km de ida e volta (FERREIRA & PAVIANI, 1972, p.87).

A ação governamental enfrentou o crescimento urbano buscando instrumentalizar o controle social mediante a vantagem peculiar conferida ao governo distrital, devido ao processo de desapropriação para a construção de Brasília, como sendo o detentor fundiário majoritário. Nesse sentido, no ano de 1973 o poder público aproveitou o recurso das terras transformando o Departamento Imobiliário da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) em empresa pública autônoma, denominada Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília). Houve então uma mudança de paradigma em razão de a nova empresa passar a ofertar loteamentos por intermédio de licitação pública, sendo que, como ação casada, no mesmo período a SHIS (Secretaria de Habitação de Interesse Social) construiu habitações para as populações de baixa renda via de regra nas cidades-satélites. Assim sendo, fica sublinhado que a prioridade do governo foi de ocupar as áreas

nobres da cidade com as vendas da Terracap e estimulou a especulação imobiliária com habitações subsidiadas nas periferias. Para tanto, criou-se o dispositivo jurídico da retrovenda, obrigando o comprador a construir no prazo de trinta meses sob a pena de perda do imóvel, ainda que com direito à indenização, fator que dinamizou o setor da construção civil (GOUVÊA, 1995, p. 72).

Uma vez consolidados os espaços urbanos entre o centro e a periferia, como produto da própria política urbana na reprodução de relações sociais interligadas, verifica-se em termos relativos uma tendência ao adensamento das cidades-satélites, expressa no Censo Demográfico de 1980, onde os dados indicam que passados dez anos houve um aumento de dois terços a 75% no referido ano da pesquisa. Dados da Codeplan de 1983 apontam que em termos absolutos nesse ano, o aglomerado urbano, englobando o Distrito Federal e o Entorno, dava a conta de aproximadamente 1.700.000 habitantes, desses 396.207 residindo no núcleo central, o Plano Piloto, 1.099.608 na periferia próxima, as cidades satélites, e 132.644 na periferia imediata, o Entorno.

Por fim, a questão da segregação urbana fica empiricamente evidenciada por um fluxo migratório onde o valor da terra é marcadamente proibitivo em decorrência de uma interferência governamental agindo de forma semelhante à iniciativa privada e mesmo impulsionando a especulação do mercado imobiliário. É dizer que em um primeiro momento a ação estatal restringiu a oferta de moradias na parte central da cidade na medida em que permitiu novos núcleos urbanos periféricos e em um segundo momento atribuiu ao mercado imobiliário a função de reproduzir por meio de dispositivos econômicos a segregação social de populações indesejáveis (GOUVÊA, 1995). Conclui-se, que a cidade projetada para criar uma sociedade moderna apresenta contradições fundantes na ocupação do território, razão para a abordagem dos processos da política urbana dada sua imbricação com a história política de Brasília.

2.3 O perfil da naturalidade da população – fluxos migratórios e taxa de nascidos do Distrito Federal

Concebida como projeto nacional que visasse interiorizar o país, “Brasília surge como capital federal localizada estrategicamente no Planalto Central, transformando, assim, uma região de ocupação incipiente e frágil atividade econômica” (CAIADO, 2001, p. 114).

Com o advento da transferência da capital federal, o processo de ocupação do território foi incentivado mediante a construção de extensa malha rodoviária que conectou todas as regiões do país, assim como investiu-se em setores de infraestrutura, como energia elétrica e comunicação, de modo a impulsionar a economia da região e estimular fluxos migratórios.

Com efeito, segundo um levantamento da série histórica referente à vida da cidade, as informações decenais contidas nos Censos Demográficos (1960-2010), quando dividimos os fluxos de imigração por grupos regionais, conforme descreveremos no Capítulo 3, demonstram que desde 1970, fase de consolidação da cidade, houve uma tendência de declínio do grupo da região de influência do DF, acompanhado do crescimento do quantitativo relativo dos imigrantes das regiões Norte e Nordeste, além de uma variação disforme das regiões Sul e Sudeste.

Tabela 1: Taxa de imigrantes do Distrito Federal por grupos regionais (%)

Censo Demográfico	Regiões		
	Região de influência do DF (GO, MG e BA)	Norte, Centro-Oeste (exceto GO e DF), Nordeste (exceto BA)	Sul e Sudeste (exceto MG)
1960	47,68%	36,46%	15,86%
1970	50,48%	34,12%	15,40%
1980	45,64%	39,61%	14,75%
1991	43,47%	43,76%	12,77%
2000	42,40%	45,57%	12,03%
2010	41,90%	44,55%	13,55%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

De acordo com publicação da Codeplan (2013a, p. 71), “desses imigrantes, 65,3% viviam há mais de 10 anos no DF enquanto 24,2%, inclusive os residentes há menos de um ano, são considerados migrantes recentes pelo tempo de moradia de até cinco anos”. Essa menção se faz necessária no sentido de que a condição de cidade-administrativa reflete-se no perfil dos fluxos migratórios sobretudo nos casos de mudança do governo federal.

Além disso, verificou-se uma preponderância dos fluxos migratórios relativos a Brasília de populações originárias de Goiás, Minas Gerais e Bahia. Esses três estados formam a concepção geoeconômica do Distrito Federal, razão pela qual a partir daqui referidos como a região de influência do DF. Em termos do quantitativo relativo, Minas Gerais exerceu a primeira posição do contingente de imigrantes do Distrito Federal; Goiás a segunda posição; a Bahia exerceu a terceira posição. As taxas dos principais fluxos imigratórios são as seguintes:

Tabela 2: Taxa de imigrantes da região de influência do Distrito Federal (%)

Censo Demográfico	Estado		
	Minas Gerais	Goiás	Bahia
1960	19,33%	18,27%	10,08%
1970	24,36%	17,53%	8,59%
1980	21,24%	16,03%	8,37%
1991	19,32%	14,59%	9,56%
2000	17,61%	13,76%	11,03%
2010	16,85%	13,96%	11,09%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Segundo outro levantamento, do mesmo período, os dados referentes ao quantitativo relativo da população natural do Distrito Federal atende às expectativas de aumento na medida em que a cidade consolidou-se, conforme evidenciamos. Assim sendo, taxa da população de Brasília nascida na referida cidade superou o quantitativo da população originária dos demais estados e que residiam em Brasília apenas no último Censo Demográfico, em 2010, como demonstramos a seguir:

Tabela 3: Taxa de população nascida no Distrito Federal (%)

Ano do Censo Demográfico	Taxa
1960	4,2%
1970	22,1%
1980	31,7%
1991	41,4%
2000	46,6%
2010	53,8%

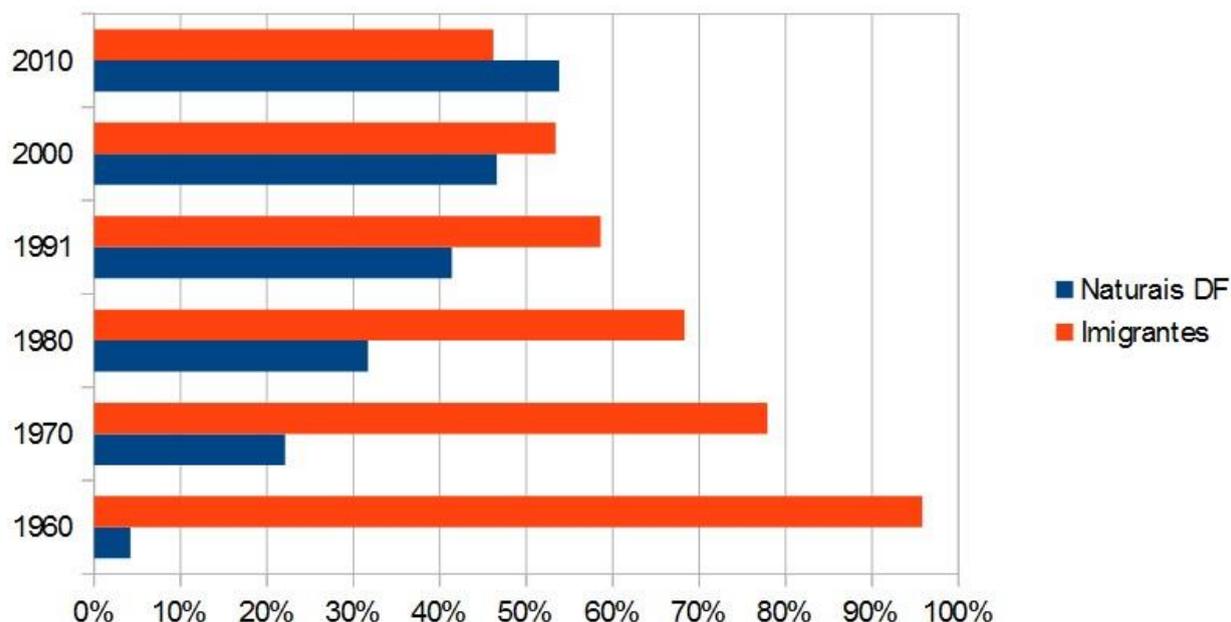
Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Na questão dos fluxos migratórios, a proeminência da população nascida em Brasília pode ser interpretada como resultante da mudança de perfil do imigrante demandado a partir do momento em que a cidade foi consolidada, conforme publicação da Codeplan (2013a, p. 85):

“O perfil dos que hoje buscam Brasília é bem diferenciado, tendo em vista que o foco de atração também é outro. Enquanto àquela época predominava o setor secundário, hoje, o terciário com a oferta de empregos para concursados nos órgãos públicos determina de alguma forma, a intensidade do movimento de entrada de migrantes. Os migrantes continuam jovens e as mulheres competem em igualdade com os homens pelo mercado de trabalho. O nível de escolaridade é com certeza, motivo determinante na seleção de migrantes.”

Como se observa, Brasília alcançou uma terceira geração de sua população. “A migração já não é a principal componente demográfica da população do Distrito Federal como no passado, embora, tenha expressão significativa na composição populacional na sua área limítrofe” (CODEPLAN, 2013b, p. 8).

Gráfico 1: Taxa de Naturais e Imigrantes do Distrito Federal entre 1960 e 2010 (%)



Fonte: IBGE – Censo Demográfico

2.4 A questão do Entorno

Para o contexto vigente, o fenômeno que expõe os desafios demográficos na região do Planalto Central é o crescimento latente da região do Entorno. Esse aglomerado urbano constitui a primeira região metropolitana brasileira formada por cidades de mais de uma entidade da federação, onde, além do DF, participam regiões goianas e mineiras e caracteriza um acentuado movimento populacional pendular em busca da oferta de serviços públicos e postos de trabalho em Brasília.

Em termos políticos-eleitorais, verifica-se que a população do Entorno tem exercido influência nos pleitos de Brasília, representando segundo reportagem do jornal Correio Braziliense de setembro de 2014, a ordem de 160 mil cidadãos com colégio eleitoral incorrespondente de onde vivem, o que significa uma proporção ao redor de 8,5% do total de eleitores gerais. Nota-se que a influência

dessa população externa vem crescendo quando comparamos a relação entre o número total de eleitores e o quantitativo absoluto da população restrita aos grupos com idade apta ao voto no Distrito Federal.

Nas eleições de 2002, a proporção do eleitorado registrado com relação à população apta a votar significou 84,94%. No entanto, no pleito seguinte, em 2006, verificou-se um abrupto aumento de maneira a atingir 94,2%. Resultado estável em 2010, com 93,61%. Nas eleições de 2014 essa relação perdeu o sentido na medida em que durante a campanha de implementação do recadastramento biométrico foram cancelados 10,73% dos títulos eleitorais, a relação final ficou em 84,36%, embora estimamos que excluindo-se os cancelamentos o resultado seria estável.

Tabela 4: Relação entre a população do DF apta ao voto e o número de eleitores

Eleições	Taxa
2002	84,94%
2006	94,20%
2010	93,61%
2014	84,36%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico; IBGE – PNAD; Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

Com efeito, de acordo com o Código Eleitoral vigente a condição para mudar de colégio eleitoral requer apenas que o cidadão comprove residência há no mínimo três meses e o pedido de transferência respeite o prazo de cem dias antes das eleições, totalizando o trâmite legal cerca de um semestre. Aventamos a possibilidade de um eleitor do Entorno votar para prefeito em sua cidade e passados dois anos preferir a eleição geral do DF por reconhecer que os benefícios representativos serão maiores em uma entidade federativa que promove a maior parte das políticas públicas para sua região. Os dados de 2006 demonstram que no mesmo ano, entre janeiro e julho, houve um aumento de 68 mil eleitores. O mesmo fenômeno aconteceu nas eleições de 2010, com aumento de 78 mil eleitores.

Considerando que a parte mais substancial do Entorno corresponde, à Área Metropolitana Externa de Brasília – AMEB, são os onze municípios goianos que compõem a periferia metropolitana: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás, “a análise da evolução dos saldos migratórios mostrou que o DF perdeu força de atração e capacidade de retenção. Os dados indicaram que o DF, de um lugar eminentemente receptor, passou também a condição de emissor, especialmente para os demais municípios da AMEB” (CODEPLAN, 2013b, p. 7).

Em um fenômeno de periferização de Brasília, os dados elaborados pelo estudo da Codeplan (2013b, p. 19) demonstram que entre 2005 e 2010 os resultados dos fluxos migratório do DF à AMEB foram estes: Águas Lindas (25,5%), Valparaíso de Goiás (23,5%), Novo Gama (10,8%), Luziânia (9,8%), Cidade Ocidental (8,7%), Planaltina (6,1%), Santo Antônio do Descoberto (5,5%), Padre Bernardo (3,8%), Formosa (3,1%), Cristalina (1,6%), Alexânia (1,3%).

3 O perfil regionalista dos deputados da Câmara Legislativa

3.1 Introdução

O aspecto da naturalidade foi escolhido em razão das próprias condições de formação da cidade que, afora alguns povoamentos dispersos na região demarcada para abrigar a nova Capital Federal com o advento do relatório da “Comissão Cruls” de 1894, e referendada pela “Comissão de Localização da Nova Capital” entre 1953 e 1955, o “Quadrilátero Cruls”, não apresentava contingente populacional originário para o exercício de práticas políticas (SILVA, 2006). Assim sendo, como pretendemos sustentar mais adiante, o perfil do imigrante de Brasília reflete e condiciona, ao menos por algum tempo, a prática política que exerce na cidade.

No prefácio da publicação “Quem é quem na Câmara Distrital?”, editada em 1991 pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o professor David Fleischer levanta essa questão nos termos seguintes:

Em primeiro lugar, cabe destacar o perfil quantitativo da nova Câmara Legislativa rigorosamente dentro dos padrões de perfis das outras Assembléias Legislativas estaduais, ou Câmara de Vereadores de Capitais do mesmo porte de Brasília, nem mais nem menos jovem, corporativa, partidária do que os outros poderes legislativos semelhantes no Brasil. A única diferença é que 100% dos eleitos nasceram em outras cidades, e ainda assim, isto ocorreu em função da “juventude” da cidade – fato este que também aconteceu nas capitais novas de Belo Horizonte, antes de 1930, e Goiânia, antes de 1960. Porém, vários dos novos deputados distritais já exerciam uma militância política nos seus lugares de origem, antes de migrarem para Brasília.

Como se nota, em Brasília manteve-se o mesmo intervalo de tempo necessário entre a inauguração de uma capital e a luta política para a eleição de um representante originário da cidade, posto que passada apenas uma legislatura após tal constatação, Brasília elegeu seu representante próprio e desde então nunca mais deixou de fazê-lo.

Desde a classificação do perfil da naturalidade, conforme mencionamos, pretendemos sistematizar os resultados obtidos, buscamos verificar o quanto a cidade vem afirmando-se demograficamente, mediante a constatação do quantitativo evolutivo de brasilienses eleitos, além de considerarmos as disparidades socioeconômicas regionais brasileiras.

Como variável dependente dos grupos regionais, tratamos a afinidade ideológica dos deputados de acordo com o espectro ideológico das matrizes partidárias do sistema político brasileiro. Assim, o uso das categorias esquerda e direita para indicar preferências políticas utilizado baseou-se em estudo de Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (1999), onde os autores reafirmam as diferenças dos partidos políticos no plano ideológico, dispondo os partidos nas distintas gradações, ou o próprio espectro ideológico.

Também consideramos as perspectivas conceituais, com ênfases programáticas, tratadas no artigo de Gabriela Tarouco e Rafael Madeira (2013) acerca do debate do contínuo esquerda-direita por avaliarmos que as categorias utilizadas pelos autores são sucintas e fornecem subsídios para classificarmos os partidos, que, por questões de datação, não foram contemplados por Argelina Figueiredo e Fernando Limongi.

3.2 Primeira Legislatura (1991-1994)

As eleições no Distrito Federal, considerando-se as eleições de 1986 como uma representação política, e, portanto aquém da autonomia político-administrativa, foram inauguradas em 1990 sob a perspectiva de, além da escolha inédita dos vinte e quatro deputados distritais e do governador, constituir o poder legislativo, com funções semelhantes às funções desempenhadas nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais simultaneamente, a partir da formalização da Câmara Legislativa e em seguida promulgar a Lei Orgânica do Distrito Federal, aprovada em 1993. Houve cinco forças políticas, considerando-se força política como registro de candidatura ao executivo, sendo que quatro delas alcançaram representação na Câmara Legislativa, ainda em um total de 406 deputados distritais concorrentes. No pleito para governador, concorreram Joaquim Roriz (PTR), Carlos Saraiva (PT), Maurício Corrêa (PDT), Elmo Serejo (PL) e Adolfo Lopes (PT do B).

Joaquim Roriz (PTR) foi eleito no primeiro turno com 55,49% dos votos válidos.

Sobre a biografia política de Joaquim Roriz, Geórgia Gomes (1995, p. 68) faz a seguinte ponderação:

No final do ano de 1988, o DF ganhou um novo governador. Oriundo de uma das mais importantes famílias goianas, o ex-deputado, ex-prefeito de Goiânia, Joaquim Roriz assumiu o Buriti, com o destino de ser o último governador biônico da Capital. Afinado com o “progressismo”, Roriz, do PMDB, não soube explicar sua curta passagem pelo PT. Bem relacionado, começou a implantar uma política clientelista de distribuição de lotes aos invasores do Plano Piloto. A começar por Samambaia, ele incentivou o aparecimento de um grande “favelão” ao lado de Taguatinga.

Como se vê, Roriz sem maiores dificuldades tornou-se um governador popular; porém, instalou-se uma batalha judicial para discutir a legalidade da candidatura, uma vez que embora desincompatibilizado do cargo em tempo hábil, a legislação à época não previa a reeleição em uma única oportunidade para os cargos de eleição majoritária. Ocorre que Roriz assumiu o Ministério da Agricultura logo no início do governo Collor, deixando durante oito meses o governo do DF para o Vice-Governador, Vanderlei Valim. Ainda segundo Gomes (p. 69), “impossibilitado pelo PMDB, Roriz lançou-se por mais uma sigla de aluguel (Partido Trabalhista Renovador – PTR), cujos quadros eram formados pelos mais abastados empresários do país, na maioria descontentes do PFL, PDS e das linhas mais à direita do PMDB.”

A primeira legislatura da Câmara Legislativa do DF (1991-1995) foi aquela em que apresentou o maior número de deputados naturais dos estados de influência do DF (Goiás, Minas Gerais e Bahia), somando quatorze, que devido ao fluxo migratório, assim como o compartilhamento histórico da formação regional, justificam uma maior vocação em participar nos primeiros momentos do processo político distrital. Não foram eleitos deputados naturais do Distrito Federal. Verificou-se o menor quantitativo de naturais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste com três deputados. O grupo de deputados naturais das regiões Sul e Sudeste somou sete membros.

De acordo com a liderança, ou candidato ao governo e composição das alianças eleitorais, a primeira legislatura da Câmara Legislativa foi composta

da seguinte maneira: a) a bancada de Joaquim Roriz (PTR), formada por PTR/ PFL/ PST/ PSC/ PDC/ PDS/ PSL, obteve dez deputados; b) a bancada de Maurício Corrêa (PDT), formada por PDT/ PSDB/ PCB/ PC do B, obteve seis deputados; c) a bancada de Carlos Saraiva (PT), obteve cinco deputados; d) a bancada de Elmo Serejo (PMDB), formada por PL/ PRP, obteve três deputados.

Tabela 5: Naturalidade dos deputados da primeira legislatura

Deputado	Naturalidade	Partido Político	Ideologia	Aliança Eleitoral
Agnelo Queiroz	Bahia	PC do B	Esquerda	PDT/ PSDB/ PC do B/ PCB/
Aroldo Satake	São Paulo	PDS	Direita	PTR/ PFL/ PDS/ PSC/ PDC/ PST
Benício Tavares	Rio de Janeiro	PDT	Esquerda	PDT/ PSDB/ PC do B/ PCB/
Carlos Alberto	São Paulo	PCB	Esquerda	PDT/ PSDB/ PC do B/ PCB/
Cláudio Monteiro	Rio de Janeiro	PRP	Direita	PL/ PRP
Edimar Pirineus	Goiás	PDT	Esquerda	PDT/ PSDB/ PC do B/ PCB/
Eurípedes Camargo	Goiás	PT	Esquerda	PT
Fernando Naves	Minas Gerais	PDC	Direita	PTR/ PFL/ PDS/ PSC/ PDC/ PST
Geraldo Magela	Minas Gerais	PT	Esquerda	PT
Gilson Araújo	Goiás	PTR	Direita	PTR/ PFL/ PDS/ PSC/ PDC/ PST
Jonas Vettoraci	Espírito Santo	PDT	Esquerda	PDT/ PSDB/ PC do B/ PCB/
Jorge Cauhy	Minas Gerais	PL	Direita	PL/ PRP

José Edmar	Goiás	PFL	Direita	PTR/ PFL/ PDS/ PSC/ PDC/ PST
José Ornellas	Rio de Janeiro	PL	Direita	PL/ PRP
Lúcia Carvalho	Paraná	PT	Esquerda	PT
Manoel de Andrade	Rio Grande do Norte	PTR	Direita	PTR/ PFL/ PDS/ PSC/ PDC/ PST
Maria Abadia	Goiás	PSDB	Centro	PDT/ PSDB/ PC do B/ PCB/
Maurílio Silva	Goiás	PTR	Direita	PTR/ PFL/ PDS/ PSC/ PDC/ PST
Pedro Celso	Minas Gerais	PT	Esquerda	PT
Peniel Pacheco	Minas Gerais	PST	Direita	PTR/ PFL/ PDS/ PSC/ PDC/ PST
Rose Mary Miranda	Rio Grande do Norte	PTR	Direita	PTR/ PFL/ PDS/ PSC/ PDC/ PST
Salviano Guimarães	Goiás	PFL	Direita	PTR/ PFL/ PDS/ PSC/ PDC/ PST
Tadeu Roriz	Goiás	PSC	Direita	PTR/ PFL/ PDS/ PSC/ PDC/ PST
Wasny de Roure	Goiás	PT	Esquerda	PT

Fonte: *Memória da Câmara Legislativa do DF* (1998); Tribunal Regional Eleitoral do DF.

Tabela 6: Perfil regional das forças políticas da primeira legislatura

Grupo regional	Espectro ideológico		
	Direita	Centro	Esquerda
Região de influência do DF (GO, MG e BA)	33,33% (8)	4,16% (1)	25,00% (6)

Distrito Federal	0,00% (0)	0,00% (0)	0,00% (0)
Norte, Nordeste (exceto BA) e Centro-Oeste (exceto GO, DF)	8,33% (2)	0,00% (0)	0,00% (0)
Sul e Sudeste (exceto MG)	12,50% (3)	0,00% (0)	16,66% (4)

Fonte: Dados próprios

3.3 Segunda legislatura (1995-1998)

A eleição de 1994 foi a primeira a ser decidida no segundo turno. Impossibilitado pela legislação eleitoral de reeleger-se, Roriz com o comando da máquina pública montou uma estrutura para fazer seu sucessor, Valmir Campelo (PTB), e compor maioria na CLDF. De acordo com a avaliação de Geórgia Gomes (1995, p. 110), as estatísticas de desemprego e o próprio inchaço populacional da cidade, assim como o inchaço nas estruturas administrativas em função dos cargos comissionados, prejudicou-lhe em seus objetivos. Por outro lado, a oposição unificou-se no segundo turno com o apoio de Maria Abadia (PSDB), então terceira colocada na disputa, conferido a Cristovam Buarque (PT).

Um total de seis candidatos disputou o governo do DF, entre os quais cinco obtiveram representação na Câmara Legislativa. Registraram-se 217 candidaturas a deputado distrital no TRE-DF. Para o executivo, concorreram Cristovam Buarque (PT), Valmir Campelo (PTB), Maria Abadia (PSDB), Paulo Timm (PDT), Ildeu Alves (PRONA) e João Ferreira (PSC). Cristovam Buarque (PT) foi eleito ao derrotar Valmir Campelo no segundo turno com 53,89% contra 46,11% dos votos válidos.

Cristovam Buarque inicia sua biografia política participando do movimento estudantil na Ação Popular, organização de esquerda que lutava contra a ditadura. Após a edição do AI-5 de 1968, foi exilado político na França. Em 1979, retornou ao Brasil e tornou-se professor da Universidade de Brasília, instituição na qual foi reitor entre 1985 a 1989. Em 1990, filiou-se ao PT, apesar da afinidade com Brizola. Naquela época, o PDT no Distrito Federal não era um partido estruturado -

por isso a escolha do PT. Uma vez no comando do GDF, entre 1995 e 1998, a implementação do programa Bolsa-Escola, que fugia à lógica da esquerda corporativista e da direita assistencialista, atingindo projeção nacional.

A segunda legislatura da Câmara Legislativa foi composta por onze deputados naturais da região de influência. Verificou-se a estreia do grupo de naturais do Distrito Federal com a eleição de um deputado. Houve cinco deputados naturais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O grupo de deputados naturais das regiões Sul e Sudeste dispôs de cinco integrantes.

De acordo com a liderança e a composição das alianças eleitorais, a segunda legislatura da Câmara Legislativa foi composta da seguinte maneira: a) a bancada de Cristovam Buarque (PT), formada por PT/ PPS, obteve oito deputados; b) a bancada de Valmir Campelo (PTB), formada por PTB/ PP/ PMDB/ PFL, obteve dez deputados; c) a bancada de Maria Abadia (PSDB), formada por chapa pura, obteve dois deputados; d) a bancada de Paulo Timm (PDT), formada por chapa pura, obteve dois deputados; e) Ildu Alves (PRONA), formada por PL/ PRN, obteve dois deputados. João Ferreira (PSC), registrou candidatura, mas não obteve representação.

Tabela 7: Perfil da naturalidade dos deputados da segunda legislatura

Deputado	Naturalidade	Partido Político	Ideologia	Aliança Eleitoral
Benício Tavares	Rio de Janeiro	PP	Direita	PTB/ PP/ PFL/ PMDB
Cafú	Goiás	PT	Esquerda	PT/ PPS
Carlos Xavier	Minas Gerais	PFL	Direita	PTB/ PP/ PFL/ PMDB
César Lacerda	Goiás	PRN	Direita	PL/ PRN
Claúdio Monteiro	Rio de Janeiro	PPS	Esquerda	PT/ PPS
Daniel Marques	Goiás	PP	Direita	PTB/ PP/ PFL/ PMDB

Edimar Pireneus	Goiás	PP	Direita	PTB/ PP/ PFL/ PMDB
Geraldo Magela	Minas Gerais	PT	Esquerda	PT/ PPS
João de Deus	Alagoas	PDT	Esquerda	PDT
Jorge Cauhy	Minas Gerais	PP	Direita	PTB/ PP/ PFL/ PMDB
José Edmar	Goiás	PSDB	Centro	PSDB
Lúcia Carvalho	Paraná	PT	Esquerda	PT/ PPS
Luiz Estevão	Rio de Janeiro	PP	Direita	PTB/ PP/ PFL/ PMDB
Maninha	Minas Gerais	PT	Esquerda	PT/ PPS
Manoel de Andrade	Rio Grande do Norte	PP	Direita	PTB/ PP/ PFL/ PMDB
Marco Lima	Distrito Federal	PT	Esquerda	PT/ PPS
Marcos Arruda	Paraíba	PSDB	Centro	PSDB
Odilon Aires	Tocantins	PMDB	Centro	PTB/ PP/ PFL/ PMDB
Pedro Celso	Minas Gerais	PT	Esquerda	PT/ PPS
Peniel Pacheco	Minas Gerais	PTB	Direita	PTB/ PP/ PFL/ PMDB
Renato Rainha	São Paulo	PL	Direita	PL/ PRN
Tadeu Filippelli	São Paulo	PP	Direita	PTB/ PP/ PFL/ PMDB
Zé Ramalho	Paraíba	PDT	Esquerda	PDT
Wasny de Roure	Goiás	PT	Esquerda	PT/ PPS

Fonte: *Memória da Câmara Legislativa do DF* (2000); Tribunal Regional Eleitoral do DF.

Tabela 8: Perfil regional das forças políticas da segunda legislatura

Grupo regional	Espectro ideológico		
	Direita	Centro	Esquerda
Região de influência do DF (GO, MG e BA)	25,00% (6)	4,16% (1)	20,83% (5)
Distrito Federal	0,00% (0)	0,00% (0)	4,16% (1)
Norte, Nordeste (exceto BA) e Centro-Oeste (exceto GO, DF)	4,16% (1)	8,33% (2)	8,33% (2)
Sul e Sudeste (exceto MG)	16,66% (4)	0,00% (0)	8,33% (2)

Fonte: Dados próprios

3.4 Terceira legislatura (1999-2002)

A partir das eleições de 1998 entrou em vigor o direito à reeleição simples para os cargos de disputa majoritária a ser decidido em até dois turnos, Presidente e Governador. Esse recurso foi viabilizado pela aprovação da Emenda Constitucional nº 16 de 1997. Com efeito, Cristovam Buarque tentou a reeleição contra a tentativa de retorno de Joaquim Roriz ao governo do Distrito Federal. Houve seis candidatos ao poder executivo e 620 ao legislativo. Três candidatos a governador, Joaquim Roriz (PMDB), Cristovam Buarque (PT) e José Roberto Arruda (PSDB), além da candidatura independente de José Tatico (PSC), alcançaram representação na Câmara Legislativa. Registraram-se ainda no TRE-DF para o cargo de governador Orlando Carielo (PSTU), David de Oliveira (PSDC) e Renan Rosa (PCO). Roriz venceu Cristovam no segundo turno com 51,74% contra 48,26% dos votos válidos.

A terceira legislatura da CLDF (1999-2002) foi integrada por onze deputados distritais da região de influência e portanto manteve uma queda. Os deputados naturais do DF e do grupo regional do Norte, Nordeste e Centro-Oeste

mantiveram-se estáveis com respectivamente um e cinco deputados eleitos. O grupo regional do Sul e Sudeste obteve sete deputados.

As forças políticas distribuíram-se desta maneira: a) a bancada de Joaquim Roriz (PMDB), formada por PMDB/ PPB/ PSD, elegeu sete deputados; b) a bancada de Cristovam Buarque (PT), formada por PT/ PDT/ PSB, elegeu sete deputados; c) a bancada de José Roberto Arruda (PSDB), formada por PSDB/ PTB/ PPS/ PFL/ PL, elegeu nove deputados; d) José Tatico elegeu-se como independente.

Tabela 9: Naturalidade dos deputados da terceira legislatura

Deputado	Naturalidade	Partido Político	Ideologia	Aliança Eleitoral representada na CLDF
Agrício Braga	Bahia	PL	Direita	PSDB/ PTB/ PPS/ PFL/ PL
Aguinaldo de Jesus	Rio de Janeiro	PFL	Direita	PSDB/ PTB/ PPS/ PFL/ PL
Alírio Neto	Piauí	PPS	Esquerda	PSDB/ PTB/ PPS/ PFL/ PL
Anilcéia Machado	Goiás	PSDB	Centro	PSDB/ PTB/ PPS/ PFL/ PL
Benício Tavares	Rio de Janeiro	PTB	Direita	PSDB/ PTB/ PPS/ PFL/ PL
Carlos Xavier	Minas Gerais	PPB	Direita	PMDB/ PPB/ PSD
César Lacerda	Goiás	PTB	Direita	PSDB/ PTB/ PPS/ PFL/ PL
Chico Floresta	Ceará	PT	Esquerda	PT/ PDT/ PSB
Daniel Marques	Goiás	PMDB	Centro	PMDB/ PPB/ PSD
Edimar Pireneus	Goiás	PMDB	Centro	PMDB/ PPB/ PSD
Eurídes Brito	Pará	PMDB	Centro	PMDB/ PPB/ PSD

Gim Argello	São Paulo	PFL	Direita	PSDB/ PTB/ PPS/ PFL/ PL
João de Deus	Alagoas	PDT	Esquerda	PT/ PDT/ PSB
José Edmar	Goiás	PMDB	Centro	PMDB/ PPB/ PSD
José Rajão	Rio de Janeiro	PSDB	Centro	PSDB/ PTB/ PPS/ PFL/ PL
Lúcia Carvalho	Paraná	PT	Esquerda	PT/ PDT/ PSB
Maninha	Minas Gerais	PT	Esquerda	PT/ PDT/ PSB
Odilon Aires	Tocantins	PMDB	Centro	PMDB/ PPB/ PSD
Paulo Tadeu	Distrito Federal	PT	Esquerda	PT/ PDT/ PSB
Renato Rainha	São Paulo	PL	Direita	PSDB/ PTB/ PPS/ PFL/ PL
Rodrigo Rollemberg	Rio de Janeiro	PSB	Esquerda	PT/ PDT/ PSB
Tatico	Minas Gerais	PSC	Direita	PSC
Wasny de Roure	Goiás	PT	Esquerda	PT/ PDT/ PSB
Wilson Lima	Goiás	PSD	Direita	PMDB/ PPB/ PSD

Fonte: *Memória da Câmara Legislativa do DF* (2000); Tribunal Regional Eleitoral do DF.

Tabela 10: Perfil regional das forças políticas da terceira legislatura

Grupo regional	Espectro ideológico		
	Direita	Centro	Esquerda
Região de influência do DF (GO, MG e BA)	20,83% (5)	16,66% (4)	8,33% (2)
Distrito Federal	0,00% (0)	0,00% (0)	4,16% (1)

Norte, Nordeste (exceto BA) e Centro-Oeste (exceto GO, DF)	0,00% (0)	8,33% (2)	12,50% (3)
Sul e Sudeste (exceto MG)	16,66% (4)	4,16% (1)	8,33% (2)

Fonte: Dados próprios

3.5 Quarta legislatura (2003-2006)

Nas eleições de 2002 foi a vez de Roriz de tentar a reeleição contra a tentativa do deputado federal Geraldo Magela em chegar ao Palácio do Buriti¹⁴. Com base no número de coligações partidárias, assim como o número de forças políticas representadas, pode-se inferir que essa disputa apresentou a maior balcanização da história da CLDF. Nesse sentido, foram registradas 8 candidaturas ao executivo e 626 ao legislativo. Cinco candidatos a governador, Joaquim Roriz (PMDB), Geraldo Magela (PT), Benedito Domingos (PP), Rodrigo Rollemberg (PSB), Carlos Alberto (PPS), além de três candidatos sem coligação partidária, Fábio Barcelos e Eliana Pedrosa (PR) e Benício Tavares (PTB), obtiveram representação no legislativo distrital. Também concorreram Orlando Cariello (PSTU), Guilherme Trotta (PRTB) e Expedito Mendonça (PCO). Roriz venceu Magela no segundo turno com 50,62% contra 49,39% dos votos válidos, diferença de apenas 15.778 votos.

A quarta legislatura foi composta por treze deputados da região de influência do DF, representando o único caso de aumento ao longo das legislaturas para esse grupo de estados que representa a região geoeconômica do DF. No caso dos deputados naturais do Distrito Federal manteve-se em um representante. Para os deputados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, somaram-se seis integrantes, outro caso de manutenção. Apenas no grupo regional das regiões Sul e

¹⁴ Durante a construção de Brasília, a palmeira do buriti foi escolhida como símbolo da cidade. Em 1959, inspirado no poema "Buriti Perdido", de Afonso Arinos, o engenheiro Israel Pinheiro, também primeiro prefeito da cidade, determinou que fosse plantada uma muda da árvore na frente da futura sede do Governo do Distrito Federal, razão pela alcunha de Palácio do Buriti.

Sudeste verificou-se um declínio, obtendo-se quatro membros.

As forças políticas apresentadas foram: a) a bancada de Joaquim Roriz (PMDB), formada por PMDB/ PFL/ PSDB/ PSD com onze deputados; b) a bancada de Geraldo Magela (PT), formada por chapa pura com seis deputados; c) a bancada de Benedito Domingos (PPB), formada por chapa pura com dois deputados; d) a bancada de Rodrigo Rollemberg (PSB), formada por chapa pura com um deputado; e) a bancada de Carlos Alberto (PPS), formada por chapa pura com um deputado; f) as candidaturas sem coligações eleitorais do PL e PTB, obteve, respectivamente, dois e um deputado.

Tabela 11: Naturalidade dos deputados da quarta legislatura

Deputado	Naturalidade	Partido Político	Ideologia	Aliança Eleitoral representada na CLDF
Anilcéia Machado	Goiás	PSDB	Centro	PMDB/ PFL/ PSDB/ PSD
Arlete Sampaio	Bahia	PT	Esquerda	PT
Augusto Carvalho	Minas Gerais	PPS	Esquerda	PPS
Benício Tavares	Rio de Janeiro	PTB	Direita	PTB
Carlos Xavier	Minas Gerais	PSD	Direita	PMDB/ PFL/ PSDB/ PSD
Chico Floresta	Ceará	PT	Esquerda	PT
Chico Leite	Ceará	PT	Esquerda	PT
Chico Vigilante	Maranhão	PT	Esquerda	PT
Eliana Pedrosa	Minas Gerais	PL	Direita	PL
Érika Kokay	Ceará	PT	Esquerda	PT
Eurídes Brito	Pará	PMDB	Centro	PMDB/ PFL/ PSDB/ PSD

Fábio Barcelos	Rio de Janeiro	PL	Direita	PL
Gim Argello	São Paulo	PFL	Direita	PMDB/ PFL/ PSDB/ PSD
Izalci Lucas	Minas Gerais	PFL	Direita	PMDB/ PFL/ PSDB/ PSD
Jorge Cauhy	Minas Gerais	PFL	Direita	PMDB/ PFL/ PSDB/ PSD
José Edmar	Goiás	PMDB	Centro	PMDB/ PFL/ PSDB/ PSD
Júnior Brunelli	São Paulo	PPB	Direita	PPB
Leonardo Prudente	Goiás	PMDB	Centro	PMDB/ PFL/ PSDB/ PSD
Odilon Aires	Tocantins	PMDB	Centro	PMDB/ PFL/ PSDB/ PSD
Paulo Tadeu	Distrito Federal	PT	Esquerda	PT
Pedro Passos	Goiás	PSD	Direita	PMDB/ PFL/ PSDB/ PSD
Peniel Pacheco	Minas Gerais	PSB	Esquerda	PSB
Rôney Nemer	Minas Gerais	PMDB	Centro	PMDB/ PFL/ PSDB/ PSD
Wigberto Tartuce	Goiás	PPB	Direita	PPB

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela 12: Perfil regional das forças políticas da quarta legislatura

Grupo regional	Espectro ideológico		
	Direita	Centro	Esquerda
Região de influência do DF (GO, MG e BA)	25,00% (6)	16,66% (4)	12,50% (3)
Distrito Federal	0,00% (0)	0,00% (0)	4,16% (1)
Norte, Nordeste (exceto BA) e Centro-Oeste (exceto GO, DF)	0,00% (0)	8,33% (2)	16,66% (4)
Sul e Sudeste (exceto MG)	16,66% (4)	0,00% (0)	0,00% (0)

Fonte: Dados próprios

3.6 Quinta legislatura (2007-2010)

As eleições de 2006 para governador foram decididas no primeiro turno, repetindo-se o ocorrido apenas do ano de 1990. Embora o governador Joaquim Roriz (PMDB) tentasse fazer da vice-governadora, Maria Abadia, a sua sucessora ao Palácio do Buriti, venceu um antigo aliado, o ex-senador e deputado federal em exercício José Roberto Arruda. A esquerda não emplacou nem um nome de peso, além de amargar seu pior resultado para a composição de bancada na CLDF. Assim sendo, concorreram 6 candidatos ao executivo e 646 ao legislativo. Para governador registraram-se no TRE-DF José Roberto Arruda (PFL), Maria Abadia (PSDB), Arlete Sampaio (PT), Toninho do PSOL (PSOL), Maria de Fátima (PSDC) e Expedito Mendonça (PCO). José Roberto Arruda foi eleito com 50,37% dos votos válidos no primeiro turno.

José Roberto Arruda começou sua carreira no serviço público em 1979, como diretor da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), na gestão do governador Aimé Lamaison (nomeado pelo presidente João Baptista Figueiredo).

Entre 1985 e 1990 foi diretor da CEB (Companhia Energética de Brasília) nas gestões de José Aparecido de Oliveira e Joaquim Roriz, ambos governadores indicados por José Sarney. A partir da eleição de 1990, permaneceu no governo Roriz primeiro como chefe do gabinete civil do Governo do Distrito Federal e em seguida como secretário de Obras.

Em 1994 disputou a eleição para o Senado pelo PP, partido de Roriz (resultado da fusão do PTR com o PST, em 1993). Arruda (PP) ficou em segundo lugar com 301.194 votos, atrás de Lauro Campos (PT) com 352.464 e à frente de Márcia Kubitschek com 211.865. No ano seguinte filiou-se ao PSDB, partido ao qual concorreu ao governo do DF em 1998. Nas eleições de 1998, ficou atrás de Cristovam Buarque (PT) com 42,66% e Joaquim Roriz (PMDB) com 39,22%, alcançando portanto o terceiro lugar com 17,83%. Durante o segundo turno decidiu apoiar Cristovam contra Roriz, antigo padrinho político.

De volta ao Senado Federal, em 1999 tornou-se líder do governo Fernando Henrique Cardoso, função desempenhada até maio de 2001, quando renunciou ao mandato de senador para escapar da cassação dos direitos políticos logo após a renúncia de Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), ambos envolvidos no escândalo da violação do painel de votação do Senado na votação de cassação do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), assumindo então o primeiro suplente, Lindberg Aziz Cury (PFL). Nas eleições de 2002 elegeu-se deputado federal pelo PFL, obtendo 26,56% dos votos válidos, a maior votação nacional para o cargo em termos proporcionais.

A quinta legislatura da Câmara Distrital foi composta por nove deputados naturais da região de influência, de modo a repetir um declínio. Verificou-se um aumento significativo na quantidade de deputados naturais do Distrito Federal, alcançando cinco membros. Os deputados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e Sul e Sudeste permaneceram com seis e quatro representantes.

As forças políticas verificadas nesta legislatura foram reduzidas a três, sendo dividida da seguinte maneira: a) a bancada de José Roberto Arruda (PFL), representada por PFL/ PL/ PPS/ PMN/ PP/ PRONA, obteve nove deputados; b) a bancada de Maria Abadia (PSDB), representada por PSDB/ PMDB/ PTB/ PRP, obteve oito deputados; c) a bancada de Arlete Sampaio (PT), formada por PT/ PSB, obteve cinco deputados; d) a candidaturas sem coligações do PSL, obteve um deputado; e) a candidatura sem coligações do PDT, obteve um deputado.

Tabela 13: Naturalidade dos deputados da quinta legislatura

Deputado	Naturalidade	Partido Político	Ideologia	Aliança Eleitoral representada na CLDF
Aguinaldo de Jesus	Rio de Janeiro	PL	Direita	PFL/ PP/ PL/ PPS/ PMN/ PRONA
Alírio Neto	Piauí	PPS	Centro	PFL/ PP/ PL/ PPS/ PMN/ PRONA
Aylton Gomes	Distrito Federal	PMN	Direita	PFL/ PP/ PL/ PPS/ PMN/ PRONA
Batista das Cooperativas	Paraíba	PRP	Direita	PSDB/ PMDB/ PTB/ PRP
Benedito Domingos	Minas Gerais	PP	Direita	PFL/ PP/ PL/ PPS/ PMN/ PRONA
Benício Tavares	Rio de Janeiro	PMDB	Centro	PSDB/ PMDB/ PTB/ PRP
Cabo Patrício	Distrito Federal	PT	Esquerda	PT/ PSB
Chico Leite	Ceará	PT	Esquerda	PT/ PSB
Cristiano Araújo	Distrito Federal	PTB	Direita	PSDB/ PMDB/ PTB/ PRP
Dr. Charles	Minas Gerais	PTB	Direita	PSDB/ PMDB/ PTB/ PRP
Eliana Pedrosa	Minas Gerais	PFL	Direita	PFL/ PP/ PL/ PPS/ PMN/ PRONA
Érika Kokay	Ceará	PT	Esquerda	PT/ PSB

Jaqueline Roriz	Goiás	PSDB	Centro	PSDB/ PMDB/ PTB/ PRP
José Reguffe	Rio de Janeiro	PDT	Esquerda	PDT
Júnior Brunelli	São Paulo	PFL	Direita	PFL/ PP/ PL/ PPS/ PMN/ PRONA
Leonardo Prudente	Goiás	PFL	Direita	PFL/ PP/ PL/ PPS/ PMN/ PRONA
Milton Barbosa	Piauí	PSDB	Centro	PSDB/ PMDB/ PTB/ PRP
Paulo Roriz	Goiás	PFL	Direita	PFL/ PP/ PL/ PPS/ PMN/ PRONA
Paulo Tadeu	Distrito Federal	PT	Esquerda	PT/ PSB
Pedro Passos	Goiás	PMDB	Centro	PSDB/ PMDB/ PTB/ PRP
Raimundo Ribeiro	Piauí	PSL	Centro	PSL
Rogério Ulysses	Distrito Federal	PSB	Esquerda	PT/ PSB
Rôney Nemer	Minas Gerais	PMDB	Centro	PSDB/ PMDB/ PTB/ PRP
Wilson Lima	Goiás	PRONA	Direita	PFL/ PP/ PL/ PPS/ PMN/ PRONA

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela 14: Perfil regional das forças políticas da quinta legislatura

Grupo regional	Espectro ideológico		
	Direita	Centro	Esquerda
Região de influência do DF (GO, MG e BA)	25,00% (6)	12,50% (3)	0,00% (0)
Distrito Federal	8,33% (2)	0,00% (0)	8,33% (2)
Norte, Nordeste (exceto BA) e Centro-Oeste (exceto GO, DF)	4,16% (1)	12,50% (3)	12,50% (3)
Sul e Sudeste (exceto MG)	8,33% (2)	4,16% (1)	4,16% (1)

Fonte: Dados próprios

3.7 Sexta legislatura (2011-2014)

Nas eleições de 2010 retomou-se a polarização entre o petismo e o rorizismo. Joaquim Roriz (PSC) renunciou a candidatura a governador ainda com o julgamento em trânsito no STF, após perder no primeiro julgamento, em razão de ter-lhe sido negado o registro pelo TRE-DF e prevalecido o mesmo entendimento jurídico no TSE, com base na Lei da Ficha Limpa. A menos de duas semanas do pleito, assumiu a candidatura sua esposa, Weslian Roriz (PSC). Houve o registro no Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal de outras quatro candidaturas ao executivo, Agnelo Queiroz (PT), Toninho do PSOL (PSOL), Eduardo Brandão (PV) e Rodrigo Dantas (PSTU), além de 884 candidatos a deputado distrital. Agnelo Queiroz foi eleito no segundo turno com 66,10% dos votos válidos.

A sexta legislatura foi composta por oito deputados naturais da região de influência do DF, representando um segundo declínio consecutivo, sete deputados naturais do Distrito Federal, representando um segundo aumento consecutivo, seis deputados naturais do grupo regional do Norte, Nordeste

e Centro-Oeste, representando estabilização e três deputados naturais das regiões Sul e Sudeste, representando um primeiro declínio.

Conforme indicamos, as forças políticas polarizaram-se entre um grupo petista e um rorizista, ou ainda entre esquerda e direita. A bancada de Agnelo Queiroz (PT), formada por PT/ PMDB/ PPS/ PDT/ PTB/ PRB/ PSB/ PTC, obteve quatorze deputados. Do outro lado, a bancada dos aliados de Wesliam Roriz (PSC), formada por DEM/ PSDB/ PP/ PSC/ PR/ PRTB/ PSL/ PMN/ PT do B, obteve dez deputados.

Tabela 15: Naturalidade dos deputados da sexta legislatura

Deputado	Naturalidade	Partido Político	Ideologia	Aliança Eleitoral representada na CLDF
Agaciel Maia	Paraíba	PTC	Direita	PT/ PMDB/ PPS/ PDT/ PTB/ PRB/ PTC
Alírio Neto	Piauí	PPS	Centro	PT/ PMDB/ PPS/ PDT/ PTB/ PRB/ PTC
Arlete Sampaio	Bahia	PT	Esquerda	PT/ PMDB/ PPS/ PDT/ PTB/ PRB/ PTC
Aylton Gomes	Distrito Federal	PR	Direita	PSC/ DEM/ PSDB/ PP/ PR/ PRTB/ PSL/ PMN/ PT do B
Benedito Domingos	Minas Gerais	PP	Direita	PSC/ DEM/ PSDB/ PP/ PR/ PRTB/ PSL/ PMN/ PT do B

Benício Tavares	Rio de Janeiro	PMDB	Centro	PT/ PMDB/ PPS/ PDT/ PTB/ PRB/ PTC
Cabo Patrício	Distrito Federal	PT	Esquerda	PT/ PMDB/ PPS/ PDT/ PTB/ PRB/ PTC
Celina Leão	Goiás	PMN	Direita	PSC/ DEM/ PSDB/ PP/ PR/ PRTB/ PSL/ PMN/ PT do B
Chico Leite	Ceará	PT	Esquerda	PT/ PMDB/ PPS/ PDT/ PTB/ PRB/ PTC
Chico Vigilante	Maranhão	PT	Esquerda	PT/ PMDB/ PPS/ PDT/ PTB/ PRB/ PTC
Cláudio Abrantes	Paraíba	PPS	Centro	PT/ PMDB/ PPS/ PDT/ PTB/ PRB/ PTC
Cristiano Araújo	Distrito Federal	PTB	Direita	PSC/ DEM/ PSDB/ PP/ PR/ PRTB/ PSL/ PMN/ PT do B
Dr. Michel	Distrito Federal	PSL	Centro	PSC/ DEM/ PSDB/ PP/ PR/ PRTB/ PSL/ PMN/ PT do B
Eliana Pedrosa	Minas Gerais	DEM	Direita	PSC/ DEM/ PSDB/ PP/ PR/ PRTB/ PSL/ PMN/ PT do B

Evandro Garla	São Paulo	PRB	Centro	PT/ PMDB/ PPS/ PDT/ PTB/ PRB/ PTC
Israel Batista	Distrito Federal	PDT	Esquerda	PT/ PMDB/ PPS/ PDT/ PTB/ PRB/ PTC
Joe Valle	Rio Grande do Norte	PSB	Esquerda	PT/ PMDB/ PPS/ PDT/ PTB/ PRB/ PTC
Liliane Roriz	Goiás	PRTB	Direita	PSC/ DEM/ PSDB/ PP/ PR/ PRTB/ PSL/ PMN/ PT do B
Olair Francisco	Goiás	PT do B	Direita	PSC/ DEM/ PSDB/ PP/ PR/ PRTB/ PSL/ PMN/ PT do B
Raad	Estrangeiro	DEM	Direita	PSC/ DEM/ PSDB/ PP/ PR/ PRTB/ PSL/ PMN/ PT do B
Rôney Nemer	Minas Gerais	PMDB	Centro	PT/ PMDB/ PPS/ PDT/ PTB/ PRB/ PTC
Washington Mesquita	Distrito Federal	PSDB	Centro	PSC/ DEM/ PSDB/ PP/ PR/ PRTB/ PSL/ PMN/ PT do B
Wasny de Roure	Goiás	PT	Esquerda	PT/ PMDB/ PPS/ PDT/ PTB/ PRB/ PTC

Wellington Luiz	Distrito Federal	PSC	Direita	PSC/ DEM/ PSDB/ PP/ PR/ PRTB/ PSL/ PMN/ PT do B
-----------------	------------------	-----	---------	---

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela 16: Perfil regional das forças políticas da sexta legislatura

Grupo regional	Espectro ideológico		
	Direita	Centro	Esquerda
Região de influência do DF (GO, MG e BA)	20,83% (5)	4,16% (1)	8,33% (2)
Distrito Federal	12,50% (3)	8,33% (2)	8,33% (2)
Norte, Nordeste (exceto BA) e Centro-Oeste (exceto GO, DF)	4,16% (1)	8,33% (2)	12,50% (3)
Sul e Sudeste (exceto MG)	4,16% (1)	8,33% (2)	0,00% (0)

Fonte: Dados próprios

3.8 Sétima legislatura (2015-2018)

De acordo com o registro do TRE-DF, 6 candidatos disputaram o executivo e 1028 candidatos o legislativo, configurando a mais concorrida eleição para um legislativo estadual do país, medindo-se a relação entre o número de candidatos e a quantidade de vagas disputadas. Quatro governadores, Rodrigo Rollemberg (PSB), Jofran Frejat (PR), Agnelo Queiroz (PT) e Luiz Pitiman (PSDB), alcançaram representação na CLDF, além desses, também concorreram Toninho do PSOL (PSOL) e Perci Marrara (PCO). As eleições para governador foram definidas no segundo turno entre Rodrigo Rollemberg, com 55,56% contra 44,44% dos votos válidos para Jofran Frejat.

As forças políticas apresentadas foram: a) a bancada de Rodrigo Rollemberg (PSB), formada por PDT/ SDD, obteve quatro deputados; b) a bancada de Jofran Frejat (PR), formada por PR/ PTB/ PRTB obteve quatro deputados; c) a bancada de Agnelo Queiroz (PT), formada por PT/ PMDB/ PP/ PRB/ PTC/ PPL/ PV/ PHS/ PTN/ PEN, obteve quinze deputados, constituindo-se em razão do quantitativo de deputados, assim como de partidos políticos, na maior e mais heterogênea bancada da história da CLDF, respectivamente; d) a bancada de Luiz Pitiman (PSDB), obteve um deputado.

Na sétima legislatura verificou-se a inédita preponderância do grupo regional de deputados naturais do Distrito Federal, com nove representantes, formando ainda uma tendência de crescimento. O grupo regional de deputados naturais do Norte e Nordeste ficou em segundo lugar ao alcançar sete representantes. O grupo de deputados naturais da região de influência do DF obteve seis representantes, configurando-se uma tendência de declínio. O grupo de deputados naturais do Sul e Sudeste alcançou sua menor representatividade ao obter dois deputados.

Tabela 17: Naturalidade dos deputados da sétima legislatura

Deputado	Naturalidade	Partido Político	Ideologia	Aliança Eleitoral representada na CLDF
Agaciel Maia	Paraíba	PTC	Direita	PT/ PMDB/ PP/ PRB/ PTC/ PPL/ PV/ PHS/ PTN/ PEN
Bispo Renato	Minas Gerais	PR	Direita	PR/ PTB/ PRTB
Celina Leão	Goiás	PDT	Esquerda	PDT/ SD
Chico Leite	Ceará	PT	Esquerda	PT/ PMDB/ PP/ PRB/ PTC/ PPL/ PV/ PHS/ PTN/ PEN
Chico Vigilante	Maranhão	PT	Esquerda	PT/ PMDB/ PP/

				PRB/ PTC/ PPL/ PV/ PHS/ PTN/ PEN
Cristiano Araújo	Distrito Federal	PTB	Direita	PR/ PTB/ PRTB
Dr. Michel	Distrito Federal	PP	Direita	PT/ PMDB/ PP/ PRB/ PTC/ PPL/ PV/ PHS/ PTN/ PEN
Israel Batista	Distrito Federal	PV	Esquerda	PT/ PMDB/ PP/ PRB/ PTC/ PPL/ PV/ PHS/ PTN/ PEN
Joe Valle	Rio Grande do Norte	PDT	Esquerda	PDT/ SD
Juarezão	Goiás	PRTB	Direita	PR/ PTB/ PRTB
Júlio César	São Paulo	PRB	Centro	PT/ PMDB/ PP/ PRB/ PTC/ PPL/ PV/ PHS/ PTN/ PEN
Liliane Roriz	Goiás	PRTB	Direita	PR/ PTB/ PRTB
Lira	Rio Grande do Norte	PHS	Centro	PT/ PMDB/ PP/ PRB/ PTC/ PPL/ PV/ PHS/ PTN/ PEN
Luzia de Paula	Minas Gerais	PEN	Centro	PT/ PMDB/ PP/ PRB/ PTC/ PPL/ PV/ PHS/ PTN/ PEN
Professor Reginaldo	Ceará	PDT	Esquerda	PDT/ SD
Rafael Prudente	Distrito Federal	PMDB	Centro	PT/ PMDB/ PP/ PRB/ PTC/ PPL/ PV/

Raimundo Ribeiro	Piauí	PSDB	Centro	PSDB
Ricardo Vale	Distrito Federal	PT	Esquerda	PT/ PMDB/ PP/ PRB/ PTC/ PPL/ PV/ PHS/ PTN/ PEN
Robério Negreiros	Distrito Federal	PMDB	Centro	PT/ PMDB/ PP/ PRB/ PTC/ PPL/ PV/ PHS/ PTN/ PEN
Rodrigo Dalmasso	Paraná	PTN	Direita	PT/ PMDB/ PP/ PRB/ PTC/ PPL/ PV/ PHS/ PTN/ PEN
Sandra Faraj	Distrito Federal	SD	Centro	PDT/ SD
Telma Rufino	Distrito Federal	PPL	Esquerda	PT/ PMDB/ PP/ PRB/ PTC/ PPL/ PV/ PHS/ PTN/ PEN
Wasny de Roure	Goiás	PT	Esquerda	PT/ PMDB/ PP/ PRB/ PTC/ PPL/ PV/ PHS/ PTN/ PEN
Wellington Luiz	Distrito Federal	PMDB	Centro	PT/ PMDB/ PP/ PRB/ PTC/ PPL/ PV/ PHS/ PTN/ PEN

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela 18: Perfil regional das forças políticas da sétima legislatura

Grupo regional	Espectro ideológico		
	Direita	Centro	Esquerda
Região de influência do DF (GO, MG e BA)	12,50% (3)	4,16% (1)	8,33% (2)
Distrito Federal	8,33% (2)	16,66% (4)	12,50% (3)
Norte, Nordeste (exceto BA) e Centro-Oeste (exceto GO, DF)	4,16% (1)	8,33% (2)	16,66% (4)
Sul e Sudeste (exceto MG)	4,16% (1)	4,16% (1)	0,00% (0)

Fonte: Dados próprios

Tabela 19: Resumo da representação regional das forças políticas de direita

Legislatura	Grupo regional			
	Região de influência do DF (GO, MG e BA)	Distrito Federal	Norte, Centro-Oeste (exceto GO e DF), NE (exceto BA)	Sul e Sudeste (exceto MG)
Primeira	33,33% (8)	0,00% (0)	8,33% (2)	12,50% (3)
Segunda	25,00% (6)	0,00% (0)	4,16% (1)	16,66% (4)
Terceira	20,83% (5)	0,00% (0)	0,00% (0)	16,66% (4)
Quarta	25,00% (6)	0,00% (0)	0,00% (0)	16,66% (4)
Quinta	25,00% (6)	8,33% (2)	4,16% (1)	8,33% (2)
Sexta	20,83% (5)	12,50% (3)	4,16% (1)	4,16% (1)
Sétima	12,50% (3)	8,33% (2)	4,16% (1)	4,16% (1)

Fonte: Elaboração própria

Tabela 20: Resumo da representação regional das forças políticas de centro

Legislatura	Grupo regional			
	Região de influência do DF (GO, MG e BA)	Distrito Federal	Norte, Centro-Oeste (exceto GO e DF), NE (exceto BA)	Sul e Sudeste (exceto MG)
Primeira	4,16% (1)	0,00% (0)	0,00% (0)	0,00% (0)
Segunda	4,16% (1)	0,00% (0)	8,33% (2)	0,00% (0)
Terceira	16,66% (4)	0,00% (0)	8,33% (2)	4,16% (1)
Quarta	16,66% (4)	0,00% (0)	8,33% (2)	0,00% (0)
Quinta	12,50% (3)	0,00% (0)	12,50% (3)	4,16% (1)
Sexta	4,16% (1)	8,33% (2)	8,33% (2)	8,33% (2)
Sétima	4,16% (1)	16,66% (4)	8,33% (2)	4,16% (1)

Fonte: Elaboração própria

Tabela 21: Resumo da representação regional das forças políticas de esquerda

Legislatura	Grupo regional			
	Região de influência do DF (GO, MG e BA)	Distrito Federal	Norte, Centro-Oeste (exceto GO e DF), NE (exceto BA)	Sul e Sudeste (exceto MG)
Primeira	25,00% (6)	0,00% (0)	0,00% (0)	16,66% (4)
Segunda	20,83% (5)	4,16% (1)	8,33% (2)	8,33% (2)
Terceira	8,33% (2)	4,16% (1)	12,50% (3)	8,33% (2)
Quarta	12,50% (3)	4,16% (1)	16,66% (4)	0,00% (0)
Quinta	0,00% (0)	8,33% (2)	12,50% (3)	4,16% (1)
Sexta	8,33% (2)	8,33% (2)	12,50% (3)	0,00% (0)
Sétima	8,33% (2)	12,50% (3)	16,66% (4)	0,00% (0)

Fonte: Elaboração própria

4 O perfil profissional dos deputados da Câmara Legislativa

4.1 Introdução

Os deputados distritais das primeiras legislaturas lutaram contra a inexperiência e o imprevisto porque os grupos representados, notadamente entre os setores público, em sua maioria, e privado, refletiram a condição política de Brasília enquanto a sua vocação de cidade-administrativa. Ademais, os parlamentares buscaram o atendimento de demandas de grupos organizados e mesmo particularista, “criando uma legislação de caráter distributivista” (VOLPE, 2006, p. 77).

De acordo com a concepção hegemônica da própria condição de cidade-administrativa, em última instância questionadora dos “espaços onde o poder público encontraria as melhores condições para sua intervenção” (SANTOS, 2010, p. 109), e, para tanto, “chamadas de irracionalidade pelos que desejariam ver como única a racionalidade hegemônica” (p. 110), a preponderância do setor público reflete o contexto socioeconômico de uma territorialidade em vias de desenvolvimento.

Essa assertiva adequa-se ao perfil profissional dos integrantes da Câmara Legislativa, donde os traços do setorialismo público, tais como a representação de burocratas pelos partidos de esquerda e reprodução de relações clientelísticas pela direita, “uma política de distribuição de lotes aos invasores do Plano Piloto” (SANTOS, 2000, p. 26), fizeram valer o peso do Estado por intermédio de um quantitativo expressivo, sobretudo nas três primeiras legislaturas.

A partir da segunda metade do histórico da CLDF, a quarta legislatura, verifica-se uma tendência de crescimento do setorialismo privado mediante a exploração do potencial eleitoral, visando atender aos interesses de alguns dos capitais produtivos, especialmente aqueles concentrados no setor de serviços privados, tal como o mercado imobiliário.

Nesse sentido, dentre as principais características mais recentemente pretendidas por Brasília há o questionamento quanto ao seu aspecto exógeno, é dizer, da nova capital política do Brasil, *grosso modo* promotora de uma melhor distribuição da população pelo interior brasileiro, e conseqüentemente das forças

econômicas nacionais; com vistas a um aspecto endógeno, onde as atividades econômicas desenvolvidas iriam para além das necessidades da cidade na medida em que decresce a importância do funcionalismo público, e por conseguinte dos negócios administrativos, de uma cidade-sede onde foi prevista em sua concepção restrições quanto ao contingente populacional e à sua expansão.

De acordo com Benício Schmidt, é importante ressaltar que “Brasília, como representação e instrumentação do Estado, precede a sociedade civil e sua fundamentação econômica crucial, o mercado” (2010, p. 45). Essa afirmativa em si, ao buscar separar sociedade e mercado, com vistas a não atender tão somente aos interesses deste último, exemplifica a contribuição de Milton Santos sobre padrões contra-hegemônicos a qual referenciamos na página anterior, que, nesse caso, seria a preferência pela concepção seminal e exógena de cidade-administrativa. Em uma segunda contribuição, Benício Schmidt expõe:

“Na discussão das ambiguidades contidas em Brasília, cidade burocrático-estamental ou cidade comportando autonomia econômica em vias de constituir-se em uma *município real*, um dos raros e agudos analistas do fenômeno enfatiza que a criação da geoeconômica de Brasília (1975-77), é uma tentativa de consolidação de seu duplo papel imaginado” (SCHMIDT, 2010, p. 45 apud TIMM, 1982).

No mesmo sentido, acerca das diretrizes para a economia da cidade e a discussão sobre a pertinência do sentido exógeno, que serviu para a concretização de Brasília, Luis Cordeiro e Gunter Kohlsdorf (2010, p. 341) indicam que existem

“Contradições entre os dois objetivos propostos, visto que, por um lado, fazem esforços de preservação do caráter terciário, a partir da exclusão de outros setores e, por outro, estabelecem uma vocação de pólo de desenvolvimento que dificilmente se concretizaria sem eles mesmos.”

Como se observa, a prática política institucionalizada provocou uma tensão responsável por controverter Brasília enquanto centro político. Essa perspectiva nos leva a investigar os setorialismos público e privado da Câmara Legislativa em função de como vem evoluindo os aspectos endógenos e exógenos da cidade.

4.2 Primeira legislatura

Tabela 19: Perfil profissional dos deputados do funcionalismo público da primeira legislatura

Deputado	Ocupação e atividade	Partido Político
Agnelo Queiroz	Médico da Secretaria de Estado de Saúde do DF	PC do B
Benício Tavares	Técnico Legislativo do Senado Federal	PDT
Carlos Alberto	Engenheiro eletricista da Eletronorte e Professor universitário da Universidade de Brasília	PCB
Cláudio Monteiro	Agente Policial da Polícia Civil do Distrito Federal	PRP
Eurípedes Camargo	Servidor da Administração Regional de Ceilândia	PT
Fernando Naves	Subtenente da Polícia Militar do Distrito Federal	PDC
Geraldo Magela	Bancário do Banco do Brasil	PT
Gilson Araújo	Bancário do Banco do Brasil	PTR
Jonas Vetoracci	Professor da Fundação Educacional do Distrito Federal e Administrador Regional de Sobradinho	PDT
José Ornelas	Coronel da reserva do Exército Brasileiro	PL
Lúcia Carvalho	Professora da Fundação Educacional do DF	PT
Maria Abadia	Diretora executiva da Fundação de Serviço Social	PSDB
Pedro Celso	Agente administrativo da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda	PT
Salviano Guimarães	Professor da Universidade de Brasília e Empresário do setor agropecuário	PFL
Wasny de Roure	Técnico da Companhia Nacional de Abastecimento e Diácono Batista	PT

Fonte: Dados próprios

Tabela 20: Perfil profissional dos deputados da iniciativa privada da primeira legislatura

Deputado	Ocupação e atividade	Partido Político
Aroldo Satake	Empresário do setor da agricultura	PDS
Edimar Pireneus	Empresário do setor de supermercados	PDT
Jorge Cauhy	Empresário do setor de automóveis e administrador de entidades filantrópicas do Núcleo Bandeirante	PL
José Edmar	Empresário do setor imobiliário	PFL
Manoel de Andrade	Motorista de Táxi	PTR
Maurílio Silva	Empresário e Pastor Evangélico	PTR
Peniel Pacheco	Radialista de empresa privada e Pastor Evangélico	PST
Rose Mary Miranda	Radialista de empresa privada	PTR
Tadeu Roriz	Empresário dos setores da construção civil e agropecuário	PSC

Fonte: Dados próprios

Tabela 21: Taxa de representação profissional de acordo com o setor profissional e espectro ideológico da primeira legislatura

Setor	Espectro ideológico		
	Direita	Centro	Esquerda
Público	20,83% (5)	4,16% (1)	37,50% (9)
Privado	33,33% (8)	0,00% (0)	4,16% (1)

Fonte: Dados próprios

4.3 Segunda legislatura

Tabela 22: Perfil profissional dos deputados do funcionalismo público da segunda legislatura

Deputado	Ocupação e atividade	Partido Político
Benício Tavares	Técnico Legislativo do Senado Federal	PP
Carlos Xavier	Agente Administrativo do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e Assistente Administrativo na Administração Regional de Samambaia	PFL
Claúdio Monteiro	Agente Policial da Polícia Civil do Distrito Federal	PPS
Daniel Marques	Engenheiro agrônomo da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal	PP
Geraldo Magela	Bancário do Banco do Brasil	PT
João de Deus	Subtenente da Polícia Militar do Distrito Federal	PDT
Lúcia Carvalho	Professora da Fundação Educacional do DF	PT
Maninha	Médica da Secretaria de Estado de Saúde do DF	PT
Marco Lima	Soldado da Polícia Militar do Distrito Federal	PT
Marcos Arruda	Técnico em Planejamento de Transportes do Ministério dos Transportes	PSDB
Odilon Aires	Analista de finanças do Ministério da Fazenda	PMDB
Pedro Celso	Agente administrativo da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda	PT
Renato Rainha	Delegado de polícia da Polícia Civil do Distrito Federal	PL
Tadeu Filippelli	Engenheiro eletricista da Eletronorte	PMDB
Wasny de Roure	Técnico da Companhia Nacional de Abastecimento e Diácono Batista	PT

Zé Ramalho	Bancário do Banco de Brasília	PDT
------------	-------------------------------	-----

Fonte: Dados próprios

Tabela 23: Perfil profissional dos deputados da iniciativa privada da segunda legislatura

Deputado	Ocupação e atividade	Partido Político
Cafú	Professor de ensino médio	PT
César Lacerda	Empresário do setor da construção civil	PRN
Edimar Pireneus	Empresário do setor de supermercados	PP
Jorge Cauhy	Empresário do setor de automóveis e administrador de entidades filantrópicas do Núcleo Bandeirante	PP
José Edmar	Empresário do setor imobiliário	PSDB
Luiz Estevão	Empresário do setor da construção civil	PP
Manoel de Andrade	Taxista	PP
Peniel Pacheco	Pastor Evangélico e radialista de empresa privada	PTB

Fonte: Dados próprios

Tabela 24: Taxa de representação profissional de acordo com o setor profissional e espectro ideológico da segunda legislatura

Setor	Espectro ideológico		
	Direita	Centro	Esquerda
Público	16,66% (4)	12,50% (3)	37,50% (9)
Privado	25,00% (6)	4,16% (1)	4,16% (1)

Fonte: Dados próprios

4.4 Terceira legislatura

Tabela 25: Perfil profissional dos deputados do funcionalismo público da terceira legislatura

Deputado	Ocupação e atividade	Partido Político
Alírio Neto	Delegado de polícia da Polícia Civil do DF	PPS
Anilcéia Machado	Servidora da Administração Regional de Sobradinho	PSDB
Benício Tavares	Técnico Legislativo do Senado Federal	PTB
Carlos Xavier	Agente Administrativo do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e Assistente Administrativo na Administração Regional de Samambaia	PPB
Chico Floresta	Engenheiro florestal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	PT
Daniel Marques	Engenheiro agrônomo da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal	PMDB
Eurídes Brito	Funcionária técnica do Ministério da Educação e professora universitária aposentada	PMDB
João de Deus	Subtenente da Polícia Militar do Distrito Federal	PDT
José Rajão	Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do DF	PSDB
Lúcia Carvalho	Professora da Fundação Educacional do DF	PT
Maninha	Médica da Secretaria de Estado de Saúde do DF	PT
Odilon Aires	Analista de finanças do Ministério da Fazenda	PMDB
Paulo Tadeu	Servidor da Companhia Energética de Brasília	PT
Renato Rainha	Delegado de polícia da Polícia Civil do DF	PL
Rodrigo Rollemberg	Analista Legislativo do Senado Federal	PSB

Wasny de Roure	Técnico da Companhia Nacional de Abastecimento e Diácono Batista	PT
----------------	--	----

Fonte: Dados próprios

Tabela 26: Perfil profissional dos deputados da iniciativa privada da terceira legislatura

Deputado	Ocupação e atividade	Partido Político
Agrício Braga	Empresário do setor esportivo	PFL
Aguinaldo de Jesus	Radialista de empresa privada e Pastor Evangélico	PFL
César Lacerda	Empresário do setor da construção civil	PTB
Edimar Pireneus	Empresário do setor de supermercados	PMDB
Gim Argello	Empresário do setor imobiliário	PFL
José Edmar	Empresário do setor imobiliário	PMDB
Tatico	Empresário do setor de supermercados	PSC
Wilson Lima	Empresário do setor de supermercados	PSD

Fonte: Dados próprios

Tabela 27: Taxa de representação profissional de acordo com o setor profissional e espectro ideológico da terceira legislatura

Setor	Espectro ideológico		
	Direita	Centro	Esquerda
Público	12,50% (3)	20,83% (5)	33,33% (8)
Privado	25,00% (6)	8,33% (2)	0,00% (0)

Fonte: Dados próprios

4.5 Quarta legislatura

Tabela 28: Perfil profissional dos deputados do funcionalismo público da quarta legislatura

Deputado	Ocupação e atividade	Partido Político
Anilcéia Machado	Servidora de Administração Regional de Sobradinho	PSDB
Arlete Sampaio	Médica da Secretaria de Estado de Saúde do DF	PT
Augusto Carvalho	Bancário do Banco do Brasil	PPS
Benício Tavares	Técnico Legislativo do Senado Federal	PTB
Carlos Xavier	Agente Administrativo do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e Assistente Administrativo na Administração Regional de Samambaia	PMDB
Chico Floresta	Engenheiro florestal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	PT
Chico Leite	Promotor de justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Professor Universitário	PT
Érika Kokay	Bancária da Caixa Econômica Federal	PT
Eurídes Brito	Funcionária técnica do Ministério da Educação e professora universitária aposentada	PMDB
Fábio Barcellos	Agente Policial da Polícia Civil do Distrito Federal	PL
Odilon Aires	Analista de finanças do Ministério da Fazenda	PMDB
Paulo Tadeu	Servidor da Companhia Energética de Brasília	PT
Rôney Nemer	Servidor da Administração Regional de Brasília	PMDB

Fonte: Dados próprios

Tabela 29: Perfil profissional dos deputados da iniciativa privada da quarta legislatura

Deputado	Ocupação e atividade	Partido Político
Chico Vigilante	Vigilante	PT
Eliana Pedrosa	Empresária do setor de limpeza e conservação	PL
Gim Argello	Empresário do setor imobiliário	PMDB
Izalci Lucas	Empresário do setor de educação	PFL
Jorge Cauhy	Empresário do setor de automóveis e administrador de entidades filantrópicas do Núcleo Bandeirante	PFL
José Edmar	Empresário do setor imobiliário	PMDB
Júnior Brunelli	Empresário do setor de comércio varejista e Pastor Evangélico	PPB
Leonardo Prudente	Empresário do setor de segurança patrimonial	PMDB
Pedro Passos	Empresário dos setores da construção civil e agropecuário	PMDB
Peniel Pacheco	Radialista de empresa privada e Pastor Evangélico	PSB
Wigberto Tartuce	Empresário dos setores da construção civil e comunicações	PPB

Fonte: Dados próprios

Tabela 30: Taxa de representação profissional de acordo com o setor profissional e espectro ideológico da quarta legislatura

Setor	Espectro ideológico		
	Direita	Centro	Esquerda
Público	8,33% (2)	20,83% (5)	25,00% (6)
Privado	20,83% (5)	16,66% (4)	8,33% (2)

Fonte: Dados próprios

4.6 Quinta legislatura

Tabela 31: Perfil profissional dos deputados do funcionalismo público da quinta legislatura

Deputado	Ocupação e atividade	Partido Político
Alírio Neto	Delegado de polícia da Polícia Civil do DF	PPS
Aylton Gomes	Sargento do Corpo de Bombeiros Militar do DF	PMN
Benício Tavares	Técnico Legislativo do Senado Federal	PMDB
Cabo Patrício	Cabo da Polícia Militar do Distrito Federal	PT
Chico Leite	Promotor de justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Professor Universitário	PT
Dr. Charles	Médico da Secretaria de Estado de Saúde do DF	PTB
Érika Kokay	Bancária da Caixa Econômica Federal	PT
Milton Barbosa	Delegado de polícia da Polícia Civil do DF	PSDB
Paulo Tadeu	Servidor da Companhia Energética de Brasília	PT
Raimundo Ribeiro	Assistente Jurídico do Ministério da Educação	PSDB
Reguffe	Assessor legislativo do Senado Federal	PDT
Rogério Ulysses	Professor da Fundação Educacional do DF	PSB
Rôney Nemer	Servidor da Administração Regional de Brasília	PMDB

Fonte: Dados próprios

Tabela 32: Perfil profissional dos deputados da iniciativa privada da quinta legislatura

Deputado	Ocupação e atividade	Partido Político
Aguinaldo de Jesus	Radialista de empresa privada e Pastor Evangélico	PL
Batista das Cooperativas	Técnico em contabilidade	PRP
Benedito Domingos	Empresário do comércio varejista	PP
Cristiano Araújo	Empresário do setor de limpeza e conservação	PTB
Eliana Pedrosa	Empresária do setor de limpeza e conservação	PFL
Jaqueline Roriz	Empresária do setor agropecuário	PSDB
Júnior Brunelli	Empresário do setor de comércio varejista e Pastor Evangélico	PFL
Leonardo Prudente	Empresário do setor de segurança patrimonial	PFL
Paulo Roriz	Empresário do setor agropecuário	PFL
Pedro Passos	Empresário dos setores da construção civil e agropecuário	PMDB
Wilson Lima	Empresário do setor de supermercados	PRONA

Fonte: Dados próprios

Tabela 33: Taxa de representação profissional de acordo com o setor profissional e espectro ideológico da quinta legislatura

Setor	Espectro ideológico		
	Direita	Centro	Esquerda
Público	8,33% (2)	20,83% (5)	25,00% (6)
Privado	37,50% (9)	8,33% (2)	0,00% (0)

Fonte: Dados próprios

4.7 Sexta legislatura

Tabela 34: Perfil profissional dos deputados do funcionalismo público da sexta legislatura

Deputado	Ocupação e atividade	Partido Político
Agaciel Maia	Diretor Geral do Senado Federal	PTC
Alírio Neto	Delegado de polícia da Polícia Civil do Distrito Federal	PPS
Arlete Sampaio	Médica da Secretaria de Estado de Saúde do DF	PT
Aylton Gomes	Sargento do Corpo de Bombeiros Militar do DF	PR
Benício Tavares	Técnico Legislativo do Senado Federal	PMDB
Cabo Patrício	Cabo da Polícia Militar do Distrito Federal	PT
Cabo Patrício	Cabo da Polícia Militar do Distrito Federal	PT
Chico Leite	Promotor de justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Professor Universitário	PT
Cláudio Abrantes	Agente Policial da Polícia Civil do Distrito Federal	PPS
Dr. Michel	Delegado de Polícia da Polícia Civil do Distrito Federal	PSL
Rôney Nemer	Servidor da Administração Regional de Brasília	PMDB
Wellington Luiz	Agente Policial da Polícia Civil do Distrito Federal	PSC

Fonte: Dados próprios

Tabela 35: Perfil profissional dos deputados da iniciativa privada da sexta legislatura

Deputado	Ocupação e atividade	Partido Político
Benedito Domingos	Empresário do comércio varejista	PP
Celina Leão	Empresária do setor industrial	PMN
Chico Vigilante	Vigilante	PT
Cristiano Araújo	Empresário do setor de limpeza e conservação	PTB
Eliana Pedrosa	Empresária do setor de limpeza e conservação	DEM
Evandro Garla	Radialista de empresa privada e Pastor Evangélico	PRB
Israel Batista	Professor de escola particular	PDT
Joe Valle	Empresário do setor da agricultura	PSB
Liliane Roriz	Empresária do setor agropecuário	PRTB
Olair Francisco	Empresário do comércio varejista	PT do B
Raad Massouh	Empresário do setor hoteleiro	DEM
Washington Mesquita	Empresário do comércio varejista	PSDB

Fonte: Dados próprios

Tabela 36: Taxa de representação profissional de acordo com o setor profissional e espectro ideológico da sexta legislatura

Setor	Espectro ideológico		
	Direita	Centro	Esquerda
Público	12,50% (3)	20,83% (5)	16,66% (4)
Privado	29,16% (7)	8,33% (2)	12,50% (3)

Fonte: Dados próprios

4.8 Sétima legislatura

Tabela 37: Perfil profissional dos deputados do funcionalismo público da sétima legislatura

Deputado	Ocupação e atividade	Partido Político
Agaciel Maia	Diretor Geral do Senado Federal	PTC
Chico Leite	Promotor de justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Professor Universitário	PT
Dr. Michel	Delegado de Polícia da Polícia Civil do Distrito Federal	PP
Juarezão	Técnico em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal	PRTB
Lira	Assessor Parlamentar na Câmara Legislativa do Distrito Federal	PHS
Luzia de Paula	Professora da Fundação Educacional do DF	PEN
Professor Reginaldo	Professor da Fundação Educacional do DF	PDT
Raimundo Ribeiro	Assistente Jurídico do Ministério da Educação	PSDB
Ricardo Vale	Secretário Geral do Partido dos Trabalhadores no Distrito Federal e Empresário do setor esportivo	PT
Wasny de Roure	Técnico da Companhia Nacional de Abastecimento e Diácono Batista	PT
Wellington Luiz	Agente Policial da Polícia Civil do DF	PMDB

Fonte: Dados próprios

Tabela 38: Perfil profissional dos deputados da iniciativa privada da sétima legislatura

Deputado	Ocupação e atividade	Partido Político
Bispo Renato	Pastor Evangélico e Advogado	PR
Celina Leão	Empresária do setor industrial	PDT
Chico Vigilante	Vigilante	PT
Cristiano Araújo	Empresário do setor de limpeza e conservação	PTB
Israel Batista	Professor de escola particular	PV
Joe Valle	Empresário do setor da agricultura	PDT
Júlio César	Empresário nos setores de telecomunicação e segurança patrimonial	PRB
Liliane Roriz	Empresária do setor agropecuário	PRTB
Rafael Prudente	Empresário do setor de segurança patrimonial	PMDB
Robério Negreiros	Empresário do setor de segurança patrimonial	PMDB
Rodrigo Delmasso	Pastor Evangélico e Empresário do setor do comércio varejista	PTN
Sandra Faraj	Pastora Evangélica e administradora de OSCIP	SD
Telma Rufino	Corretora de imóveis	PPL

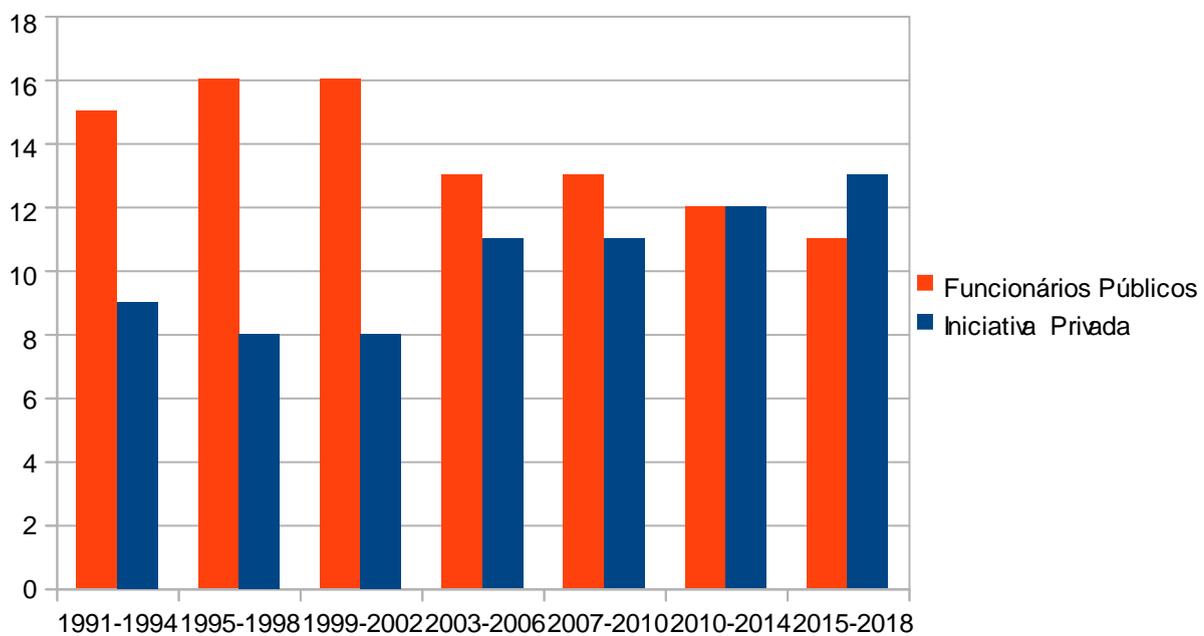
Fonte: Dados próprios

Tabela 39: Taxa de representação profissional de acordo com o setor profissional e espectro ideológico da sétima legislatura

Setor	Espectro ideológico		
	Direita	Centro	Esquerda
Público	12,50% (3)	16,66% (4)	16,66% (4)
Privado	16,66% (4)	16,66% (4)	20,83% (5)

Fonte: Dados próprios

Gráfico 2



Fonte: Elaboração própria

5 Representação e transgressão

5.1 Introdução

Passados pouco mais de vinte anos de auto-organização política, de um modo em geral, pode-se dizer que o Distrito Federal não encontrou dirigentes com o viés republicano, é dizer com preocupação com a coisa pública. Ao mesmo tempo em que aqueles com postura digna não conseguiram barrar a descompostura dos transgressores criminais, muitos deles empresários pioneiros e demais interessados desde o primeiro momento na transferência da capital por ser posseiros nas regiões limítrofes do DF.

No entanto, nunca é demais ressaltar que a deterioração moral da atividade política praticada na Câmara Legislativa, no mais das vezes, corresponde a casos símiles das demais Assembleias Legislativas brasileiras e quiçá dos poderes legislativos internacionais. Com efeito, os políticos destacados pela reincidência de episódios de corrupção a cada nova denúncia, o que tem causado espécie e indignação do cidadão, e àqueles mais impactados por essas práticas reacende a “síndrome de vira-latas”, encontrada em profusão pelo país afora.

Nas palavras dos especialistas Ricardo Caldas e Leonardo Barreto:

“A responsabilidade pela depuração do quadro político não pode recair exclusivamente nas costas do eleitor. Ele é muito capaz, mas precisa ser apoiado pelas instituições, especialmente a Justiça. Ao julgar rapidamente os casos de corrupção, retirando os envolvidos do processo eleitoral, os juízes facilitarão a tarefa do eleitor, que correrá um risco menor de votar em alguém desprovido de espírito público” (2010, p. 118).

5.2 Relação dos processos judiciais por legislatura

As informações dos deputados distritais coletadas, acerca dos perfis da naturalidade, setor profissional e afinidade ideológica, apresentadas nos Capítulos 3 e 4, dão conta de que existem traços recorrentes que caracterizam

o deputado com transgressões criminais, considerando-se casos de condenações judiciais, ou ainda, indiciamentos pelas instituições com função de investigação e controle, nomeadamente Polícia Federal e Ministério Público.

Apresentamos a seguir a relação dos deputados com transgressões criminais, separado por legislaturas, considerando-se, nos casos dos parlamentares reeleitos, a legislatura de estreia, salvo quando condenado(a) durante o mandato. Utilizamos ainda uma classificação secundária segundo estes grupos: a) Deputados distritais indiciados por problemas ocorridos durante o mandato e condenados ainda durante seu exercício ou posteriormente; b) Deputados distritais indiciados em um outro momento que não durante o exercício do mandato da Câmara Legislativa; c) Deputados distritais indiciados em outra circunstância que não a de representante legislativo ou em exercício de mandato em suplência da CLDF.

5.2.1 Primeira legislatura

5.2.1.1 Deputados distritais indiciados em outra circunstância que não a de representante legislativo

Edimar Pireneus – teve condenação judicial em 2010 pelo Tribunal de Contas do DF junto por irregularidades em contratos celebrados entre a Codeplan e Instituto Candango de Solidariedade. No mesmo ano tentou voltar à CLDF, mas teve negado o registro de candidatura barrado pelo TRE-DF com base na Lei da Ficha Limpa.

Lúcia Carvalho – foi indiciada pela Polícia Federal em 2013 e exonerada pelo Ministério do Planejamento do cargo de superintendente da Secretaria de Patrimônio da União após suspeita de fraude em demarcações de terrenos na região de Vicente Pires.

Maria Abadia – foi condenada pelo TSE por captação ilícita de sufrágio, compra de votos, nas eleições para governador em 2006. A sentença tornou Abadia inelegível por oito anos, contados a partir da época do crime. Em 2010 concorreu

ao Senado, mas não teve votação contabilizada. Em 2014 teve o registro de candidatura a Deputada Federal liberado pelo TRE-DF em função do vencimento de oito anos da condenação em segunda instância, conforme previsto na Lei Complementar nº 135/10, a Lei da Ficha Limpa.

5.2.2 Segunda legislatura

5.2.2.1 Deputados distritais indiciados em um outro momento que não durante o exercício do mandato da Câmara Legislativa

Luiz Estevão – acusado na CPI do Judiciário do Senado Federal em 1999 como diretamente envolvido com o juiz Nicolau dos Santos Neto no esquema de desvio de verbas das obras do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo. No ano seguinte à denúncia, teve o mandato de Senador cassado por quebra de decoro parlamentar, o primeiro da história do Senado Federal Brasileiro. Ainda em decorrência do processo do TRT de São Paulo, foi condenado pela Justiça Federal a 31 anos de prisão, mas ganhou o direito de recorrer em liberdade. Em 2011, o STJ também condenou Estevão à três anos e meio de prisão por falsidade ideológica. Em 2012, se compromete a devolver parte dos recursos aos cofres públicos da União. Em 2014, foi condenado a três anos e seis meses de prisão por falsificação de documento público. Embora esteja inelegível até 2018, com base na Lei da Ficha Limpa, Luiz Estevão permanece ativo no cenário político, tendo inclusive a filha, Fernanda Estevão, como a atual presidente do PRTB-DF. O partido elegeu, em 2014, Liliane Roriz e Juarezão como deputados distritais.

5.2.2.2 Deputados distritais indiciados em outra circunstância que não a de representante legislativo ou na condição de suplente da CLDF

César Lacerda – sofreu condenação da Justiça do Trabalho em 2011 por coagir empregados de sua empresa, a Brasília Empresa de Segurança, a votarem no deputado Benício Tavares (PMDB) nas eleições de 2010.

Marco Lima – sofreu condenação judicial em 2011 pelo TJDFT por ofensa à Lei 9.605/98, que regulamenta os crimes ambientais, enquanto administrador regional do Lago Norte. Recorreu em liberdade pela condenação a dois anos de detenção.

Odilon Aires – foi condenado pelo STJ em 2012 a dois anos e dois meses de reclusão em regime aberto pelo crime de denúncia caluniosa. Indiciado pela Polícia Federal por corrupção passiva, em 2009, por ocasião da operação Caixa de Pandora. Em 2012, as denúncias foram protocoladas pela PGR. Em 2014, o processo passou a tramitar na 7ª Vara Criminal de Brasília. Não classificamos Odilon na quinta legislatura porque na época exerceu o mandato na condição de suplente, embora tenha sido indiciado ainda durante o mandato.

5.2.3 Terceira legislatura

5.2.3.1 Deputados distritais indiciados em um outro momento que não durante o exercício do mandato da Câmara Legislativa

Gim Argello – teve condenação em 2009 pela 5ª Vara da Fazenda Pública do DF por irregularidades na época que presidia a Câmara Legislativa (2003 a 2004). O órgão criou cargos comissionados especiais para aumentar o salário dos servidores. No ano seguinte, a segunda instância manteve a condenação.

Tatico – foi o primeiro Deputado Federal condenado à prisão pelo STF depois da Constituição de 1988. Em 2010, conseguiu se livrar da pena de 7 anos de prisão pelos crimes de sonegação de contribuição previdenciária e apropriação indébita previdenciária. A pena foi extinguida porque Tatico pagou dias depois de condenado, o que havia sonegado e porque completou 70 antes do trânsito em julgado da ação penal. Desde 1975, quando a Polícia Civil do Rio de Janeiro o indiciou por estelionato, Tatico acumulou um histórico de acusações. Elas vão de contrabando a crime contra a ordem tributária, no entanto, sempre foi favorecido pela falta de celeridade dos processos judiciais.

5.2.3.2 Deputados distritais indiciados em outra circunstância que não a de representante legislativo ou na condição de suplente da CLDF

Agrício Braga – foi condenado em 2014 pelo TJDFT a restituir aos cofres públicos, com mais quatro réus, inclusive Benedito Domingos, o montante de R\$ 600 mil. Em 1999, a Federação Brasiliense de Futebol para "estimular o crescimento do público presente aos estádios durante o campeonato Metropolitano de Futebol", os réus autorizaram, sem a devida licitação, repasse de verba pública à instituição.

Eurídes Brito – foi cassada em plenário em 2010 por quebra de decoro parlamentar por envolvimento no escândalo do “Mensalão do DEM”. Eurídes Brito havia assumido o mandato na condição de suplente, razão pela qual não enquadramos a parlamentar na quinta legislatura. Secretária de Educação do DF entre 1999 e 2002, em 2012, foi condenada pelo TJDFT em ação de improbidade administrativa pela contratação temporária de professores durante a vigência de concursos para os cargos efetivos. Também foi indiciada pela Polícia Federal por corrupção passiva, em 2009, por ocasião da operação Caixa de Pandora. Em 2012, as denúncias foram protocoladas pela PGR. Em 2014, o processo passou a tramitar na 7ª Vara Criminal de Brasília.

José Rajão – foi preso preventivamente em 2008 a pedido do Ministério Público Militar, acusado de desvio de recursos do Colégio Militar Dom Pedro II em 2002, enquanto era Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do DF. Em 2013, sofreu condenação pela Vara de Auditoria Militar do DF

5.2.4 Quarta legislatura

5.2.4.1 Deputados distritais indiciados por problemas ocorridos durante o mandato e condenados ainda durante seu exercício ou posteriormente

José Edmar – foi preso em 2003 por envolvimento com grilagem de terras públicas. Novamente preso pela Polícia Federal em 2007, acusado de ser um dos chefes do esquema de grilagem de imóveis públicos no DF, chamada “Máfia da Terra”. A Comissão de Ética arquivou o processo de cassação por quebra de decoro parlamentar.

Carlos Xavier – foi o primeiro deputado da Câmara Legislativa a ser cassado. Em 2004, o plenário da casa determinou a cassação de Carlos Xavier por ser acusado de participar em um homicídio de um menor de idade. Em 2014, foi condenado pelo TJ de Samambaia a 15 anos de prisão pelo mesmo crime de homicídio qualificado.

5.2.4.2 Deputados distritais indiciados em um outro momento que não durante o exercício do mandato da Câmara Legislativa

Izalci Lucas – foi indiciado em 2014 pelo Ministério Público Federal, que aponta irregularidades na prestação de contas do deputado na campanha política de 2006.

Segundo a Procuradoria Geral da República, Izalci deixou de declarar R\$ 300 mil ao TRE-DF. As denúncias foram acolhidas pelo STF ainda em 2014.

5.2.4.3 Deputados distritais indiciados em outra circunstância que não a de representante legislativo ou na condição de suplente da CLDF

Wigberto Tartuce – teve condenação em 2012 pelo TJDFT. Em 1999, enquanto secretário de Trabalho do Governo do DF, Wigberto Tartuce, o Vigão, desviou recursos correspondentes à parcela do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) destinada a programas de requalificação do trabalhador.

5.2.5 Quinta legislatura

5.2.5.1 Deputados distritais indiciados por problemas ocorridos durante o mandato e condenados ainda durante seu exercício ou posteriormente

Aguinaldo de Jesus – sofreu condenação em 2014 em ação de improbidade administrativa pela 8ª Vara da Fazenda Pública do DF, acusado em 2010 pelo Ministério Público do DF de hospedar-se em um hotel, a fim de discutir com um grupo de parlamentares a votação indireta para governador ocorrida no mesmo ano, com todas as despesas pagas por um empresário do ramo imobiliário.

Alírio Neto – sofreu condenação em 2014 em ação de improbidade administrativa pela 8ª Vara da Fazenda Pública do DF, indiciado em 2010 pelo Ministério Público do DF de hospedar-se em um hotel, a fim de discutir com um grupo de parlamentares a votação indireta para governador ocorrida no mesmo ano, com todas as despesas pagas por um empresário do ramo imobiliário.

Aylton Gomes – foi condenado em 2014 na 3ª Vara da Fazenda Pública do DF por corrupção passiva, após ter sido indiciado pela Polícia Federal na operação Caixa de Pandora em 2009, cassando os direitos políticos por dez anos e submetendo o pagamento de multa. No mesmo ano teve negado o registro a candidatura pelo TRE-DF com base na Lei da Ficha Limpa. Também sofreu condenação em 2014 em ação de improbidade administrativa pela 8ª Vara da Fazenda Pública do DF, acusado em 2010 pelo Ministério Público do DF de hospedar-se em um hotel, a fim de discutir com um grupo de parlamentares a votação indireta para governador ocorrida no mesmo ano, com todas as despesas pagas por um empresário do ramo imobiliário.

Batista das Cooperativas – sofreu condenação em 2014 em ação de improbidade administrativa pela 8ª Vara da Fazenda Pública do DF, acusado em 2010 pelo Ministério Público do DF de hospedar-se em um hotel, a fim de discutir com um grupo de parlamentares a votação indireta para governador ocorrida no mesmo ano, com todas as despesas pagas por um empresário do ramo imobiliário.

Cristiano Araújo – teve condenação em 2006 no TRE-DF por abuso de poder econômico, porque teria se beneficiado da estrutura de uma empresa prestadora de serviços de seu tio. No entanto, a condenação resultou em pena de inelegibilidade pelo período de três anos, o que não provocaria efeito algum na campanha seguinte. Em 2010, teve o registro de candidatura negado pelo TRE-DF e liberado pelo TSE, sob o entendimento de que a Lei da Ficha Limpa apenas valeria a partir das eleições daquele ano. Em 2013, teve pedido de indiciamento pela Polícia Civil do DF ao TJDFT pelo crime de fraude de licitação em projetos patrocinados pela Fundação de Apoio à Pesquisa na época que seu partido comandava a secretaria de Ciência e Tecnologia. Em 2014, sofreu condenação em ação de improbidade administrativa pela 8ª Vara da Fazenda Pública do DF, acusado de se hospedar em um hotel, a fim de discutir com um grupo de parlamentares a votação indireta para governador ocorrida em 2010, com todas as despesas pagas por um empresário do ramo imobiliário.

Dr. Charles – sofreu condenação em 2014 em ação de improbidade administrativa pela 8ª Vara da Fazenda Pública do DF, acusado em 2010 pelo Ministério Público do DF de hospedar-se em um hotel, a fim de discutir com um grupo de parlamentares a votação indireta para governador ocorrida no mesmo ano, com todas as despesas pagas por um empresário do ramo imobiliário.

Júnior Brunelli – renunciou ao mandato em março de 2010 para escapar de cassação por quebra de decoro parlamentar no episódio da “oração da propina”. Em 2013, foi condenado na 2ª Vara de Fazenda Pública do DF por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, após ter sido indiciado pela Polícia Federal na operação Caixa de Pandora, cassando os direitos políticos por dez anos e submetendo o pagamento de multa.

Leonardo Prudente – indiciado pela Polícia Federal por corrupção passiva, em 2009, por ocasião da operação Caixa de Pandora, à época Leonardo Prudente era presidente da Câmara Legislativa, sendo afastado do cargo por decisão judicial e tendo renunciado ao mandato logo em seguida. Em 2012, as denúncias foram protocoladas pela PGR. Em 2014, o processo passou a tramitar na 7ª Vara Criminal de Brasília.

Pedro Passos – foi preso pela Polícia Federal e em seguida renunciou ao mandato para escapar de um processo de cassação por quebra de decoro parlamentar em 2007. Pedro Passos foi indiciado por envolvimento em um esquema de fraudes em licitações desbaratado pela operação Navalha. Em 2010 foi condenado pela 1ª Vara de Fazenda Pública a quatro anos de reclusão em regime semiaberto e pagamento de multa por parcelamento irregular do solo, grilagem de terras.

Rogério Ulysses – foi condenado em 2014 na 6ª Vara da Fazenda Pública do DF por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, após ter sido indiciado pela Polícia Federal na operação Caixa de Pandora, em 2009, cassando os direitos políticos por oito anos, e não dez, e submetendo o pagamento de multa. Também sofreu condenação em 2014 em ação de improbidade administrativa pela 8ª Vara

da Fazenda Pública do DF, acusado em 2010 pelo Ministério Público do DF de hospedar-se em um hotel, a fim de discutir com um grupo de parlamentares a votação indireta para governador ocorrida no mesmo ano, com todas as despesas pagas por um empresário do ramo imobiliário.

Rôney Nemer – foi condenado em 2013 na 2ª Vara da Fazenda Pública do DF por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, após ter sido indiciado pela Polícia Federal na operação Caixa de Pandora em 2009, cassando os direitos políticos por dez anos e submetendo o pagamento de multa. Em 2014, teve liberado o registro de candidatura, por recorrer da decisão no TJDF, sendo eleito Deputado Federal. Entretanto, passado um mês do processo eleitoral, foi condenado em segunda instância e não deve ser diplomado, com base na Lei da Ficha Limpa.

Wilson Lima – foi indiciado pelo MPDFT por improbidade administrativa em 2008 por assinar ato de criação de cargos de confiança, contrariando a determinação do TJDF no mesmo ano, enquanto era o responsável pela área de pessoal da CLDF.

5.2.5.2 Deputados distritais indiciados em um outro momento que não durante o exercício do mandato da Câmara Legislativa

Augusto Carvalho – teve condenação em 2014 pelo Tribunal de Justiça do DF por improbidade administrativa, por contratar sem licitação a Real Sociedade Espanhola de Beneficência para administrar o hospital de Santa Maria, em 2009, quando era secretário de Saúde do DF.

Jaqueline Roriz – foi condenada em 2014 na 2ª Vara da Fazenda Pública do DF por corrupção passiva, após ter sido indiciada pela Polícia Federal na operação Caixa de Pandora, cassando os direitos políticos por dez anos e submetendo o pagamento de multa. Em 2011, enquanto Deputada Federal foi absolvida em plenário do pedido de cassação por quebra de decoro parlamentar, logo após o ocorrido a votação para cassação de mandatos deixou de ser secreta para tornar-se votação nominal.

Em 2014, teve negado o registro a candidatura pelo TRE-DF, decisão confirmada pelo TSE, com base na Lei da Ficha Limpa.

5.2.6 Sexta legislatura

5.2.6.1 Deputados distritais indiciados por problemas ocorridos durante o mandato e condenados ainda durante seu exercício ou posteriormente

Agaciel Maia – teve condenação em 2014 na Justiça Federal do DF por improbidade administrativa. Em 2009, na função de diretor-geral do Senado Federal, Agaciel Maia foi responsável pelo esquema de não divulgar os atos secretos de nomeação do Senado. Aliado de José Sarney em todos os escândalos de corrupção da Casa.

Benedito Domingos – teve condenação pelo Conselho Especial do TJDF em 2013 por fraude em licitação, formação de quadrilha e corrupção passiva, relativo a 18 regiões administrativas. As penas foram fixadas em reclusão em cinco anos em regime semiaberto e pagamento de multas. Em 2014, foi condenado na 5ª Vara da Cível do DF por improbidade administrativa, após ter sido indiciado pela Polícia Federal na operação Caixa de Pandora, cassando os direitos políticos por dez anos e submetendo o pagamento de multa. No mesmo ano foi absolvido da denúncia de quebra de decoro parlamentar na Comissão de Ética da Câmara Legislativa.

Benício Tavares – foi cassado pelo TSE em novembro de 2011, enquanto exercia sua sexta legislatura na CLDF, sendo o representante mais longo da Casa, acusado de captação ilícita de votos e abuso de poder econômico em evento organizado por César Lacerda, ex-distrital e empresário do setor de conservação e limpeza. Com efeito, casos de coação de vigilantes e serventes de limpeza em troca de votos têm sido uma tendência na transgressão eleitoral no Distrito Federal. Em 2009, Benício conseguiu ser absolvido por unanimidade pelo TJDF do crime de exploração sexual de menores durante pescaria no Rio Negro, Amazonas.

Na condição de deputado, não respondeu diretamente à Justiça do Amazonas por ter foro privilegiado, submetendo-se exclusivamente a julgamento em segunda instância (TJDFT). No mesmo ano a Comissão de Ética da CLDF decidiu por não abrir um processo de cassação por quebra de decoro parlamentar pelo mesmo episódio. Em agosto de 2010, teve o registro de candidatura impugnado pelo TRE-DF. Baseada na Lei da Ficha Limpa, a decisão levou em conta a condenação do candidato em 2008 por apropriação indébita de recursos da Associação dos Deficientes Físicos de Brasília (ADFB). Além disso, Benício não teria pago uma multa por propaganda eleitoral fora do período permitido. Em outubro de 2010, o TSE reverteu a decisão sob a alegação de prescrição retroativa do crime.

Celina Leão – foi investigada pelo MPDFT em 2011, por sua atuação enquanto chefe de gabinete da deputada distrital Jaqueline Roriz entre 2007 e 2009. Celina Leão é suspeita de fraude em licitações na Administração Regional de Samambaia envolvendo a empresa de seu cunhado e de seu esposo. Também é suspeita de contratação de funcionários fantasmas no gabinete de Jaqueline Roriz.

Liliane Roriz – foi indiciada em 2014 pelo Ministério Público Eleitoral pelos crimes de corrupção eleitoral e falsidade ideológica. Liliane Roriz teria prometido a Eurípides Viana Santana, caso fosse eleita, nomeá-lo, e à sua mulher, para cargo comissionado na Câmara Legislativa. As denúncias foram acolhidas pelo TRE-DF.

Raad Massouh – foi cassado em plenário em 2013 por quebra de decoro parlamentar. Raad foi acusado de participar de um esquema de desvio de recursos na Administração Regional de Sobradinho, em 2010. O parlamentar, empresário do setor hoteleiro, foi autor de uma emenda orçamentária de 2009 com o objetivo de incentivar o turismo rural. Segundo o MPDFT, houve desvio de finalidade e uso do dinheiro público para a realização de shows. Todos os contratos foram firmados sem licitação pelo então administrador regional de Sobradinho Carlos Augusto de Barros, indicado ao cargo por Raad.

Robério Negreiros – Em 2011, enquanto primeiro suplente, assumiu a vaga do correligionário e Benício Tavares, cassado pela Justiça Eleitoral por abuso de poder econômico e compra de votos. Em 2004, foi preso pela Polícia Federal na operação Sentinela. A operação concluiu que os acusados fraudaram licitações no Tribunal de Contas da União, além de exercer advocacia administrativa para aprovação de parecer favorável às empresas prestadoras de serviço. Entre as empresas apontadas pela investigação estão a Brasfort, da família de Negreiros. O processo continua em plena tramitação na 14ª Vara do TRF. Desde 2014, também responde a processo no TRT-DF por coação eleitoral dos funcionários da Brasfort.

Wellington Luiz – teve o mandato cassado pelo TRE-DF em 2011 por prática de captação e gastos ilícitos de recursos financeiros em campanha, mas no mesmo ano a decisão foi revertida no TSE por considerar que as irregularidades contábeis encontradas eram insuficientes para a cassação de mandato do parlamentar. Em 2014, foi indiciado pelo MPDFT por desvio de recursos financeiros em emenda parlamentar. O dinheiro, segundo o MPDFT, foi utilizado para custear uma viagem com acompanhantes para a Holanda.

5.2.7 Conclusões sobre a transgressão criminal

Em 2018 serão sete legislaturas completadas, 28 anos de experiência, 96 deputados estreados, desconsiderando-se os suplentes. Até o presente momento 29 deles obtiveram condenações judiciais. Some-se a esse quantitativo 9 casos de deputados que foram indiciados pelos Ministérios Públicos Federal ou do Distrito Federal e Territórios. Desse modo, os casos de transgressão criminal correspondem a 39,58% da representação da Câmara Legislativa.

Legislatura	Transgressões criminais
1ª	Dois condenados judicialmente e um indiciado
2ª	Quatro condenados judicialmente

3 ^a	Cinco condenados judicialmente
4 ^a	Dois condenados judicialmente e dois indiciados
5 ^a	Dez condenados judicialmente e dois indiciados
6 ^a	Três condenados judicialmente e cinco indiciados

5.3 Ideologia e transgressão

Tratando-se da afinidade ideológica dos deputados, verificada a partir da matriz partidária, encontramos resultados bastante díspares. Assim sendo, apresentamos os resultados parciais do seguinte modo: i) o conjunto dos deputados de direita apresentou o maior quantitativo, com 20 membros transgressores ou 52,63% dos casos; ii) o conjunto dos deputados de centro apresentou 15 membros criminalmente envolvidos ou 39,47% dos casos; iii) o conjunto dos deputados da esquerda apresentou o menor quantitativo, com 3 membros ou 7,89% dos casos.

5.4 Naturalidade e transgressão

No aspecto da naturalidade dos deputados, que, conforme tratamos no Capítulo 3, foi dividido em grupos regionais, encontramos resultados tão desiguais quanto aqueles referidos segundo o espectro ideológico, ainda que tal relação seja fracionada em quatro grupos. Estes são os resultados: a) o grupo da região de influência do DF (GO, MG, BA) obteve o maior quantitativo com 19 membros ou 50% dos casos; b) o grupo regional do Distrito Federal com 6 ou 15,78% dos casos; c) o grupo regional das regiões Sul e Sudeste (exceto MG) obteve 8 membros ou 21,05% dos casos; d) o grupo regional do Norte e Nordeste (exceto BA) e Centro-Oeste (exceto GO) obteve 5 membros ou 13,15% dos casos.

5.5 Perfil profissional e transgressão

No aspecto do perfil profissional dos deputados, tratado no Capítulo 4, verificou-se que 22 membros do setorialismo privado, ou da iniciativa privada, foram responsáveis por 57,9% dos casos de transgressões criminais da CLDF, contra os 16 membros do funcionalismo público, correspondente a 42,1% dos casos.

Conclusão

A partir da investigação sobre a naturalidade dos deputados, contextual às sete legislaturas da CLDF (1991-2018), sustentamos por meio do método hipotético-dedutivo, que, tratando-se de espectros ideológicos, há padrões que caracterizam o perfil da naturalidade de acordo com grupos regionais. Os resultados desses levantamentos estão resumidos nas Tabelas 19, 20 e 21.

As forças políticas situadas à direita, no decorrer das legislaturas caracterizaram-se pela representatividade baseada na naturalidade do grupo da região de influência do Distrito Federal, notadamente os estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia. Segundo os dados do levantamento vemos que, em todas as legislaturas, a direita apresenta em sua composição taxas de naturais da região de influência do DF não muito distantes de 50% da bancada e nunca tendo sido superada por outro grupo regional.

A esquerda, ou a matriz partidária de esquerda, apresentou uma representação regional baseada no grupo dos estados de influência do DF apenas nas duas primeiras legislaturas. Constatamos que desde a terceira legislatura prevaleceu a representatividade do grupo regional do Norte e Nordeste, além de taxas sobressalientes de deputados oriundos do próprio Distrito Federal.

Os dados da pesquisa sobre a origem dos deputados ganham maior relevância quando observamos que nessa última legislatura o grupo regional dos deputados nascidos no Distrito Federal alcançou a maioria do quantitativo da Câmara Legislativa, após formar uma tendência de crescimento a partir da quinta legislatura, conforme demonstramos no Gráfico 2.

Seguindo o exemplo da presença crescente dos deputados brasilienses, o grupo regional dos naturais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste obteve taxas de crescimento estáveis ao longo das legislaturas, de maneira que ambos os grupos atingiram proeminência dentre os grupos regionais na sétima legislatura ao reverterem os médios índices de representatividade verificados nas três primeiras legislaturas.

O grupo regional dos estados de influência do DF obteve o maior quantitativo de parlamentares eleitos considerando-se o cômputo geral das legislaturas. Com efeito, a média de representatividade das quatro primeiras legislaturas superou a metade dos deputados da casa. Nas legislaturas sucedâneas, verificou-se um declínio, de modo a constituir uma tendência e a tornar esse grupo regional como o terceiro mais significativo na sétima legislatura.

A partir da segunda metade do histórico da CLDF, deputados oriundos do Sul e Sudeste obtiveram índices declinantes de representatividade, que, embora não se possa tratar de tendência, desde então condicionam o secundarismo desse grupo regional.

Acreditamos ter, neste trabalho, apresentado dados e informações que confirmam a nossa hipótese inicial: “A institucionalização da Câmara Legislativa ao longo das legislaturas serviu para sedimentar os indicadores socioeconômicos do Distrito Federal, conforme constam as mudanças dos perfis da naturalidade e profissional dos deputados.”

Feitas essas constatações, sobre a preponderância do grupo regional dos nascidos no Distrito Federal e a primazia do setor profissional privado, ambas exclusivas da mais recente das sete legislaturas da CLDF, os dados auxiliam a identificar alguns dos fenômenos recentes no DF. Nesse sentido, a expansão de quadros representativos nascidos no DF demonstra a afirmação demográfica da capital federal. O crescimento do quantitativo de parlamentares oriundos do setor privado denota que a longo prazo a autonomia político-administrativa sedimentou o perfil socioeconômico da cidade.

Vemos no Gráfico 3 que desde a segunda metade do histórico da Câmara Legislativa o quantitativo de parlamentares da iniciativa privada vem ascendendo, de maneira a ultrapassar o total de funcionários públicos apenas na recente legislatura. Nesse sentido, em que pese a cidade seja financeiramente baseada em recursos públicos da União, a representação da CLDF demonstrou ao longo das legislaturas a existência de uma exploração do potencial eleitoral visando atender aos interesses de alguns dos capitais produtivos, especialmente aqueles concentrados no setor de serviços privados, notadamente o mercado da construção civil.

Constam nos resultados das seis primeiras legislaturas – conforme ordinalmente representado nas Tabelas 21, 24, 27, 30, 33 e 36 – associações diretas entre o espectro ideológico de direita e o perfil profissional da iniciativa privada e, por outra parte, de esquerda com representação baseada no funcionalismo público. No entanto, os dados constantes na Tabela 39 – situação na qual tanto esquerda quanto direita são majoritariamente privados – são indicativos de uma nova perspectiva.

Considerando-se o perfil evolutivo, verificamos na direita um movimento de equilíbrio entre a representatividade de ambos os setores à medida que decresce a importância do setor privado, embora seja cedo para tratarmos de um caso de tendência. Quanto à esquerda, verificamos que os dados demonstram várias inversões nos movimentos de declínio e crescimento dos setores, embora observamos o declínio da representação do setor público.

Na comparação da diferença entre as duas matrizes ideológicas para qualquer dos setores, em termos do quantitativo relativo, essa relação vem diminuindo e nunca foi tão baixa quanto a última legislatura. Podemos inferir que há um crescente ponto de contato entre ser de direita e pertencer ao setor público, ou ser de esquerda e pertencer ao setor privado, como a sétima legislatura demonstra.

Em suma, os dados levantados apontam para o deputado distrital como o resultado de uma trajetória profissional que evoluiu do setor público ao privado (com a máxima vênua ao funcionalismo público) e para um perfil de naturalidade que começou na região de influência do DF e ao longo das legislaturas alcançou o grupo regional do Distrito Federal.

Enquanto o perfil do deputado transgressor criminal corresponde aos padrões de ser natural dos estados da região de influência do Distrito Federal (Goiás, Minas Gerais e Bahia), exercer atividades profissionais na iniciativa privada e ter a afinidade ideológica de direita.

Referências Bibliográficas

Livros, periódicos, teses e publicações governamentais

ABRÚCIO, Fernando Luiz. “Os barões da federação: Os governadores e a redemocratização brasileira”. São Paulo: Hucitec. 2002.

ANTUNES, Gabriela Borges. “O poder político no Distrito Federal: A trajetória de Joaquim Roriz”. Tese (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro. “Cenários futuros da metrópole”. In: PAVIANI, Aldo (Org.). Brasília 50 anos: da capital a metrópole. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 343-368, 2010.

BORGES, Elenice Alves. “O processo legislativo para a autonomia do Distrito Federal: lutas e conquistas”, 2009.

BRASIL, Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações, 2007.

_____. IBGE, Censos Demográficos. 1960. 1970. 1980. 1991. 2000. 2010. Rio de Janeiro.

BULOS, Uadi Lammêgo. A constituição federal anotada. [3. ed.]. São Paulo: Saraiva, 2001.

CAIADO, Maria Célia. “A Migração Intrametropolitana e o Processo de Estruturação do Espaço Urbano na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno”. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2001.

CALDAS, Ricardo; BARRETO, Leonardo. “Crise aos 50”. In: CATALDO, Beth; RAMOS, Graça. “Brasília aos 50 anos – que cidade é essa?”. Brasília: Athalaia, p. 109-119, 2010.

CARPINTERO, Antônio Carlos Cabral. “Brasília: prática urbanística no Brasil, 1956-1998”. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CERQUEIRA, Luiz Egypto de. “Memórias do Distrito Federal: A luta pela autonomia política”. São Paulo: Museu da Pessoa; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009.

CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel. “A dimensão política de Brasília”. São Paulo: Cadernos MetrÓpole 20. 2008.

CORDEIRO, Luis; KOHLSDORF, Gunter. “Brasília: algumas especulações prospectivas”. In: PAVIANI, Aldo (Org.). Brasília, ideologia e realidade: Espaço urbano em questão. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 323-368, 2010.

COSTA, Valeriano. “Federalismo”. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Coord.). Sistema político brasileiro: uma introdução. [2. ed.]. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2007.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Câmara Legislativa. Memória da Câmara Legislativa do Distrito Federal: 1ª e 2ª Legislaturas. Brasília: Gráfica da Câmara Legislativa do Distrito Federal, 1998.

_____. _____. Memória da Câmara Legislativa do Distrito Federal: 1ª, 2ª e 3ª legislaturas. Brasília: Gráfica da Câmara Legislatliva do Distrito Federal, 2000.

_____. _____. Lei Orgânica do Distrito Federal. Brasília: Gráfica da Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2008.

_____. CODEPLAN. “Evolução dos movimentos migratórios para o Distrito Federal:

1959-2010”. Série Demografia em Foco, n. 7, 2013a.

_____. CODEPLAN. “A dinâmica migratória na Área Metropolitana de Brasília entre 1991 e 2010”. Série Demografia em Foco, n. 6, 2013b.

FERREIRA, Ignez Carlos Barbosa & PAVIANI, Aldo. “Commuting in the Brazilian Federal District”. Revista Geográfica, v. 77, p. 85-94, 1972.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. 1999. Executivo e legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

FLEISCHER, David. Prefácio de “Quem é quem na Câmara Distrital”, Brasília: Organização e Pesquisa do DIAP, 1991.

_____. “Os partidos políticos”. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Coord.). Sistema político brasileiro: uma introdução. [2. ed.]. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2007.

GOMES, Geórgia Daphne. “A vinculação de parlamentares a grupos de interesse e seus impactos na reeleição para a Câmara Legislativa do Distrito Federal”. Tese (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

GOUVÊA, Luiz Alberto. “Brasília: a capital da segregação e do controle social: uma avaliação governamental na área da habitação”. São Paulo: Annablume, 1995.

HARVEY, David. “A justiça social e a cidade”. São Paulo: Hucitec, 1980.

HOLSTON, James. “Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia”. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro. “Dicionário Houaiss da língua portuguesa”. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LUZ, Rodrigo Barbosa da. “A Institucionalização da Câmara Legislativa do Distrito Federal”. Tese (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MELO, Osmar Alves de. “Uma cidade cassada”. In: CERQUEIRA, Luiz Egypto de. “Memórias do Distrito Federal: A luta pela autonomia política”. São Paulo: Museu da Pessoa; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009.

MILLS, Wright. “A imaginação sociológica”. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

PEDROSA, Mário. “Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília”. São Paulo: Perspectiva, 1981.

PEREIRA FILHO, Oliveira Alves. “Impactos das transferências intergovernamentais no federalismo brasileiro: uma avaliação do Fundo Constitucional do Distrito Federal sob os aspectos da equidade fiscal e eficiência econômica”. Brasília: Escola Superior de Administração Fazendária, 2009.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, M. I. V. (org.). *O estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15. Coleção Relações Internacionais e Política, 1998.

PASSOS, Edilenice. “Senatus: cadernos da Secretaria de Informação e Documentação”. Brasília: Senado Federal. v. 8, n. 1, abr. 2010.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana. “Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe”. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ. Verbetes “Diretas Já”, 2006.

SAMUELS, David; MAINWARING, Scott. “Federalism, constraints on the central government, and economic reform in Democratic Brazil”. Working Paper #271 – November 1999. Kellogg Institute. United States, 1999. Disponível em:

<https://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/271.pdf>>. Acessado em: 20 de outubro de 2014.

SANTOS, Juliana Wenceslau Biriba dos. “Representação, conexão eleitoral e ação parlamentar na CLDF: 1994-1998”. Universidade de Brasília: monografia de graduação, 2000.

SANTOS, Milton. “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SCHMIDT, Benício Viero. “Trajetória política da Lei Orgânica”. In: Quem é quem na Câmara Distrital, Brasília: Organização e Pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 1991.

SCHMIDT, Benício. “Brasília como centro político”. In: PAVIANI, Aldo (Org.). Brasília, ideologia e realidade: Espaço urbano em questão. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 37-60, 2010.

SILVA, Ernesto. “História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade”. Brasília: Charbel, 2006.

SILVA, José Afonso da. “Curso de direito constitucional positivo”. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

TAQUARY, Einstein. “Autonomia política do Distrito Federal”. Tese (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2003.

TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael. “Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil”. Curitiba: Revista de Sociologia e Política. v. 21, n. 45, p. 149-165, mar. 2013.

TORÍBIO, Lúcia. Vitória de uma luta de 26anos. *Jornal de Brasília*, 15 nov. 1986. 108

Suplemento especial. In: PASSOS, Edilenice. “Senatus: cadernos da Secretaria de Informação e Documentação”. Brasília: Senado Federal. v. 8, n. 1, abr. 2010.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales et al. “Da utopia à realidade: uma análise dos fluxos migratórios para o Aglomerado Urbano de Brasília”. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006.

VIDAL, Laurent; DRAVET, Florence Marie. “De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)”. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

VOLPE, Ana Paula Sampaio. “A construção do legislativo: o caso da Câmara Legislativa do Distrito Federal”. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

Jornal

Correio Braziliense. “Entorno, com cerca de 180 mil eleitores no DF, pode definir eleição”. Matéria publicada em 22 de setembro de 2014.

Internet

Site da Associação Comercial do Distrito Federal. “Lindberg Aziz Cury”. Disponível em: <<http://www.acdf.com.br/quem-somos/446-lindberg-aziz-cury.html>>. Acessado em 21 de outubro de 2014.

Site da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Distrito Federal. “OAB/DF comemora os 25 anos de direito de voto para o DF”. Disponível em: <<http://www.oabdf.org.br/noticias/oabdf-comemora-os-25-anos-de-direito-de-voto-para-o-df/>>. Acessado em 17 de outubro de 2014.

Site do Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acessado em 29 de outubro de 2014.

Site do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.tre-df.jus.br/>>. Acesso em 26 de setembro de 2014.

Site do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em 26 de setembro de 2014.

Site do Tribunal Superior Eleitoral. "Brasília 53 anos: história rica de episódios políticos e eleitorais". Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Abril/brasilia-53-anos-historia-rica-de-episodios-politicos-e-eleitorais>>.

Acesso em 26 de setembro de 2014.

Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios em 2014", 2014. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticiasbusca=1&id=1&idnoticia=2704&view=noticia>>. Acessado em 15 de outubro de 2014.

Site do Jornal A Gazeta. "Hoje é dia: Brasília em tempo quente com as "Diretas-já". Edição de de 25 de abril de 1984, primeira manchete. Disponível em: <<http://old.gazetapress.com/v.php?1:540843:6>>. Acessado em 21 de outubro de 2014.